

**EDITAL CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2026-CC/CODESAN/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 207/2026 – CODESAN – PMS**

Torna-se público que a Companhia de Desenvolvimento de Santana, sediada na Rua Pedro Salvador Diniz, 341, Bairro central, Santana/AP, por meio da sua Comissão de Compras, realizará licitação, para Registro de Preços, na modalidade CONCORRENCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CONTRATANTE (UASG): 933191
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 20/05/2026
HORÁRIO: 09 horas (horário de Brasília/DF)
SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.comprasnet.gov.br/>
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução de obras de pavimentação em blocos sextavados, compreendendo a implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas, bem como a construção de calçadas em vias urbanas, com execução sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas, no Município de Santana/AP, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, as quantidades estimadas, a disponibilidade orçamentária anual e a priorização definida pela Administração, não gerando para a Administração obrigação de contratação de quantitativos mínimos, tampouco direito subjetivo do fornecedor à emissão de ordens de serviço.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por todos os itens do Termo de Referência, conforme tabela constante neste anexo, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem, evidenciando ao final o valor Total Global.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO IV).

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.5 e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso, estando previsto no item 11 do Termo de Referência.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**
- 5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício
- 5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
 - 5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
 - 5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - 5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.7. **A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.**
- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final

mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor total que incluirá todos os valores unitário por m e m² conforme modelo da proposta em anexo;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO.

7.5.1. o lance deverá ser ofertado pelo valor total da proposta.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1000,00 (Um mil reais).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “**ABERTO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2. nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Tendo em vista que o valor estimado desta contratação de obras de engenharia supera o limite previsto no

Art. 4º, § 1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021, não será aplicado o tratamento diferenciado ou a preferência de desempate prevista na Lei Complementar nº 123/2006, conforme justificativa constante no ETP e TR.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do §1º, art. 5º do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22. Persistindo o **empate**, será assegurada **preferência**, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. a negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. o resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. o Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo estipulado pelo sistema, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. é facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. a consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro

diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. a tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. o licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6.6. descumprir o prazo de envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou sua prorrogação.

8.7. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha do Termo de Referência.

8.7.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21, c/c art 54 da IN SEGES/ME Nº 73 de 2022.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por

órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A realização de vistoria prévia ao local das obras é facultativa.

9.9.1. O licitante que optar por não realizá-la deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto e do local da contratação, assumindo total responsabilidade pela elaboração de sua proposta, conforme autoriza o Art. 63, § 3º da Lei nº 14.133/2021."

9.9.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo email: codesan@santana.ap.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. a não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados, em formato digital, no prazo mínimo estabelecido pelo sistema, contado da solicitação do Agente de Contratação, prorrogável mediante solicitação do licitante e anuência do Agente de Contratação.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (DUAS) HORAS**, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fê pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta

atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. A assinatura do contrato e o aceite da Nota de Empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021, e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência e no instrumento contrato.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente serão exigidos o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin pode poderá ser considerado fator preponderante na análise de risco.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de *05 (cinco)* dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços e/ou publicada em diário municipal.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e/ou no diário municipal e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11.9. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 1 (um) ano, contados da data da estimativa de preços, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que venha a substituí-lo, visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do Art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2021.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - 12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame quanto ao licitante mais bem classificado.
 - 12.2.2. Para fins de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto pelo mesmo preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão **no prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes **será de 3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
 - 14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6. fraudar a licitação;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 14.4.1. para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços ou o contrato caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades de multa e impedimento de licitar, conforme previsto no Art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo endereço de e-mail:* codesan@santana.ap.gov.br / ou *SÍTIO ELETRÔNICO:* <https://www.comprasnet.gov.br/>.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Todas as disposições, exigências, critérios, especificações técnicas e demais informações constantes no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar (ETP), na Minuta da Ata de Registro de Preços, bem como na Minuta do Contrato, independentemente de transcrição neste Edital, integram este instrumento convocatório para todos os fins de direito, como se nele estivessem transcritas, vinculando a Administração e os licitantes/contratados.

16.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.10. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/06.

16.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.12. No interesse da Administração desta autarquia, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Encerradas as fases de julgamento de proposta e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação, nos termos no art.71 da Lei 14.133/2021.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I DO EDITAL– Estudo Técnico Preliminar;
ANEXO II DO EDITAL – Termo de Referência;
ANEXO I DO TR – Matriz de Riscos da Contratação;
ANEXO II DO TR – Planilhas de Quantitativos e Composições de Preços;
ANEXO III DO TR – Cronograma Físico-Financeiro de Referência;
ANEXO IV DO TR – Leis Sociais;
ANEXO V DO TR – BDI;
ANEXO VI DO TR – CPU'S;
ANEXO III DO EDITAL – Modelo de Proposta Comercial
ANEXO IV DO EDITAL – Minuta Da Ata De Registro De Preços
ANEXO V DO EDITAL – Minuta Do Contrato

Santana-AP, na data da assinatura eletrônica.

ISIS MARTINS DE ABREU
CHEFE DE SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Decreto nº: 0825/2025 – GAB.PREF/PMS

ANEXO I DO EDITAL – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pela Instrução Normativa SEGES nº 58, de 2022, e pelo Decreto Municipal nº 2.289, de 2022.

ÓRGÃO/ENTIDADE CONTRATANTE: Companhia de Desenvolvimento do Município de Santana – CODESAN/PMS	
ÁREA REQUISITANTE	
Setor:	Divisão de Obras e Serviços Públicos / CODESAN-PMS
Responsável:	JACKSON PASTANA PACHECO - Decreto nº 2228/2025 – GAB.PREF/PMS
Cargo:	Chefe da Divisão de Obras e Serviços Públicos / CODESAN-PMS

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento do Município de Santana – CODESAN, entidade vinculada à Prefeitura Municipal de Santana, tem como missão institucional promover o desenvolvimento urbano, social e econômico do município, atuando de forma integrada na implantação e melhoria de infraestruturas públicas essenciais.

No exercício das atribuições institucionais da Companhia de Desenvolvimento do Município de Santana – CODESAN/PMS, foi identificada a necessidade de aprimoramento da infraestrutura viária urbana, especialmente em áreas que apresentam deficiência de pavimentação, problemas recorrentes de alagamento, ausência de sistema de drenagem adequado e precariedade nas condições de trafegabilidade e acessibilidade.

Em diversos trechos das vias urbanas do município, a inexistência de pavimentação adequada, de meio-fio e sarjetas, bem como de sistema de drenagem profunda, tem ocasionado acúmulo de águas pluviais, erosões, lama no período chuvoso e poeira excessiva no período seco, comprometendo a mobilidade urbana, a segurança viária e a qualidade de vida da população. Além disso, a ausência de calçadas padronizadas e acessíveis restringe o pleno exercício do direito de ir e vir, especialmente para pessoas com deficiência, idosos e crianças.

Nesse contexto, a pavimentação em blocos sextavados, associada à implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas e construção de calçadas, apresenta-se como solução técnica adequada, eficiente e durável, proporcionando melhoria na infraestrutura urbana, maior escoamento das águas pluviais, organização do tráfego e promoção da acessibilidade universal.

Dessa forma, justifica-se a instauração de procedimento licitatório na modalidade Registro de Preços, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução de obras de pavimentação em blocos sextavados, compreendendo a implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas, bem como a construção de calçadas em vias urbanas, para atender às demandas da Companhia de Desenvolvimento do Município de Santana – CODESAN/PMS.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se estratégica, pois possibilita maior flexibilidade na execução das obras, atendimento gradual das demandas conforme disponibilidade orçamentária e planejamento urbano,

além de assegurar eficiência, economicidade e celeridade na implementação das políticas públicas de desenvolvimento urbano do município

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação proposta neste Estudo Técnico Preliminar não está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), uma vez que a CODESAN – Companhia de Desenvolvimento do Município de Santana foi criada recentemente, por meio da Lei Complementar Municipal nº 58/2024, sancionada em dezembro de 2024. Por estar em fase de implantação e ainda sem histórico de demandas e estrutura administrativa consolidada, não foi possível a elaboração de um PCA para o exercício de 2026. Apesar disso, a contratação está contemplada no planejamento orçamentário da companhia, devidamente aprovado para o presente exercício financeiro. Trata-se de uma demanda estratégica e essencial à estruturação operacional da entidade, compatível com suas atribuições legais e indispensável ao início efetivo de suas atividades institucionais.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme disposto na legislação vigente, poderão participar desta licitação todas as empresas legalmente constituídas no País, que possuam atividade compatível com o objeto da contratação, especializadas em execução de obras de engenharia, devidamente registradas no conselho profissional competente, e que atendam integralmente às exigências, condições, especificações e normas previstas neste Termo de Referência, no Edital e em seus Anexos.

A contratação pressupõe o pleno conhecimento e a aceitação, pela licitante vencedora, de todas as condições estabelecidas nos documentos do certame, bem como o atendimento integral às exigências de habilitação jurídica, técnica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, exigidas para a execução do objeto.

A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação exigidas na licitação, comprovando a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária junto à Companhia de Desenvolvimento de Santana – CODESAN, na forma da lei.

3.1 Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade previstos na descrição do objeto, deverão ser observados, no que couber, os seguintes requisitos, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e com a legislação ambiental vigente:

- a) Cumprir integralmente a legislação ambiental, sanitária e de segurança do trabalho aplicável, responsabilizando-se por eventuais autuações, multas ou sanções decorrentes de sua atuação;
- b) Executar os serviços de forma a minimizar impactos ambientais, adotando medidas preventivas quanto à geração de resíduos, emissão de poluentes, uso racional de água, energia e materiais;
- c) Promover a correta destinação dos resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação ambiental e normas técnicas aplicáveis;
- d) Adotar boas práticas construtivas voltadas à eficiência dos recursos, redução de desperdícios e preservação do meio ambiente.

3.2 Subcontratação

A subcontratação somente será permitida de forma parcial, para serviços específicos e acessórios à execução da obra, desde que previamente autorizada pela fiscalização ou gestão do contrato da CODESAN, e mediante comprovação da regularidade fiscal, técnica e trabalhista da subcontratada.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanecerá integral a responsabilidade da CONTRATADA pela execução do objeto, respondendo direta e exclusivamente perante a CODESAN pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

3.3 Atendimento às normas técnicas

A execução das obras deverá observar rigorosamente as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como as demais normas expedidas por órgãos oficiais competentes, aplicáveis à pavimentação em blocos sextavados.

A CONTRATADA deverá assegurar que todos os serviços executados estejam em conformidade com os projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos e normas vigentes, não sendo admitida a utilização de materiais ou métodos construtivos em desacordo com os padrões exigidos.

3.4 Da não aplicação dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

A não aplicação dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 encontra respaldo no art. 4º, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que dispõe: “Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas: no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.” No presente caso, o valor estimado da contratação de obras e serviços de engenharia supera significativamente o limite legal, afastando, por si só, a obrigatoriedade de aplicação do tratamento favorecido.

O objeto licitado consiste em: execução de obras de pavimentação em blocos sextavados implantação de sistema de drenagem profunda execução de meio-fio, sarjetas e calçadas, contratação sob demanda via Sistema de Registro de Preços (SRP) Tais serviços demandam: elevada capacidade técnico-operacional disponibilidade contínua de equipamentos e mão de obra especializada domínio de múltiplas etapas construtivas integradas capacidade logística para execução simultânea em diferentes frentes de serviço.

Trata-se, portanto, de objeto complexo e de execução integrada, incompatível, em regra, com a estrutura operacional típica de microempresas e empresas de pequeno porte. A eventual aplicação do tratamento favorecido poderia gerar: risco de inexecução parcial ou total, aumento da necessidade de rescisões contratuais, comprometimento do cronograma físico-financeiro E prejuízo à continuidade de serviços essenciais de infraestrutura urbana,

Nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve assegurar: “a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso, com segurança jurídica e eficiência.” Assim, a restrição justifica-se como medida de proteção ao interesse público e à adequada execução do objeto. O Tribunal de Contas da União possui entendimento

consolidado no sentido de que: a aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 não é absoluta, podendo ser afastada quando houver justificativa técnica e econômica devidamente motivada, conforme está neste ETP.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

A definição das quantidades a serem registradas nesta contratação foi realizada com base na avaliação prospectiva das demandas institucionais da CODESAN, considerando o início das atividades operacionais da companhia, sua abrangência territorial no município de Santana/AP.

Embora a CODESAN não disponha de histórico de projetos, tendo sido instituída recentemente pela Lei Complementar Municipal nº 58/2024, optou-se por adotar critérios objetivos e conservadores de dimensionamento, com vistas a garantir a operacionalização mínima de seus projetos e ações, sem comprometer a economicidade nem sobrecarregar o orçamento público. Assim, foram estimadas as seguintes quantidades de serviços a serem realizados pela empresa especializada, para fins de registro, conforme planilhas anexas e no item 5.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

1				SERVIÇOS PRELIMINARES		
	1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M²	45,00
	1.2	CPU-1	PRÓPRIA	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRAS, FORA DA PROJEÇÃO DA LAJE, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_01/2024_PE	M²	90,00
	1.3	CPU-2	PRÓPRIA	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_04/2016	M²	120,00
	1.4	101502	SINAPI	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 16 MM² E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_12/2025	UND	10,00
2				MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		
	2.1	CPU-3	PRÓPRIA	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MACAPÁ ATÉ O MUNICÍPIO DE SANTANA-AP)	UND	1,00
3				DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		
	3.1	CPU-4	PRÓPRIA	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (DO MUNICÍPIO DE SANTANA-AP ATÉ O MUNICÍPIO DE MACAPÁ)	UND	1,00
4				SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA		
	4.1	5212560	SICRO-3	PLACA DE ADVERTÊNCIA PARA SINALIZAÇÃO DE OBRAS MONTADA EM SUPORTE METÁLICO MÓVEL, LADO 1,00 M - UTILIZAÇÃO DE 600 CICLOS	UN.DIA	1.440,00
5				ADMINISTRAÇÃO LOCAL		
	5.1	CPU-5	PRÓPRIA	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UND	1,00
6				TERRAPLENAGEM		
	6.1	CPU-6	PRÓPRIA	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA PAVIMENTAÇÃO, INCLUSIVE NOTA DE SERVIÇOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M²	64.512,00

6.2	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M²	64.512,00
6.3	101000	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: T). AF_02/2026	T	12.096,00
6.4	95880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	314.496,00
6.5	CPU-7	PRÓPRIA	CORTE E ATERRO COMPENSADO	M³	8.000,00
6.6	101126	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	M³	3.000,00
6.7	6079	SINAPI/INSUMO	ATERRO DE 1º CATEGORIA NA JAZIDA (SEM EQUIPAMENTO) ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	3.000,00
6.8	95880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	40.500,00
6.9	5502978	SICRO-3	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL	M³	5.000,00
7			PAVIMENTAÇÃO		
7.1	100575	SINAPI	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024	M²	64.512,00
7.2	101126	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	M³	9.676,80
7.3	6079	SINAPI/INSUMO	ATERRO DE 1º CATEGORIA NA JAZIDA (SEM EQUIPAMENTO) ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	9.676,80
7.4	95880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020(SUB- BASE)	TXKM	130.636,80
7.5	5502978	SICRO-3	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL(SUB-BASE)	M³	9.676,80
7.6	101126	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	M³	9.676,80
7.7	6079	SINAPI/INSUMO	ATERRO DE 1º CATEGORIA NA JAZIDA (SEM EQUIPAMENTO) ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	9.676,80
7.8	95880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	130.636,80
7.9	5502978	SICRO-3	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL(SUB-BASE)	M³	9.676,80
7.10	CPU-8	PRÓPRIA	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M²	44.800,00
7.11	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADOS 25X25CM)	TXKM	135.475,20
7.12	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (COLCHÃO DE	TXKM	80.156,16

				AREIA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADOS 25 X 25 CM)		
7.13	5915321	SICRO-3		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (PÓ DE PEDRA PARA BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADOS 25 X 25 CM)	TXKM	9.313,92
7.14	CPU-9	PRÓPRIA		CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M³	480,00
7.15	5914479	SICRO-3		TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O TRAVAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	3.678,63
7.16	5915321	SICRO-3		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (AREIA PARA O TRAVAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	10.999,80
7.17	5915321	SICRO-3		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (BRITA Nº 1 PARA O TRAVAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	9.029,58
8				PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO E PISO DE ACESSIBILIDADE		
8.1	93358	SINAPI		ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	M³	28,80
8.2	CPU-10	PRÓPRIA		LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS OU RADIER. AF_08/2017	M³	28,80
8.3	5914479	SICRO-3		TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(CIMENTO PARA O LASTRO DE CONCRETO ASSENTAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	129,15
8.4	5915321	SICRO-3		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO AREIA MÉDIA)	TXKM	755,37
8.5	5915321	SICRO-3		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO BRITA 1)	TXKM	527,94
8.6	101126	SINAPI		ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M³). AF_07/2020(ATERRO DAS CALÇADAS)	M³	456,96
8.7	6079	SINAPI/INSUMO		ATERRO DE 1ª CATEGORIA NA JAZIDA (SEM EQUIPAMENTO) ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	456,96
8.8	95880	SINAPI		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020 (ATERRO PARA AS CALÇADAS)	TXKM	6.168,96
8.9	4805754	SICRO-3		COMPACTAÇÃO MANUAL COM SOQUETE VIBRATÓRIO (ATERRO PARA AS CALÇADAS)	M³	456,96
8.10	CPU-11	PRÓPRIA		ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO APARENTE DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M²	1.216,00
8.11	5914479	SICRO-3		TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(BLOCOS DE CONCRETO 9X19X39CM)	TXKM	2.778,32
8.12	5914479	SICRO-3		TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS DE CONCRETO 9X19X39CM)	TXKM	43,51
8.13	5915321	SICRO-3		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(AREIA MÉDIA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	386,56

8.14	CPU-12	PRÓPRIA	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF 12/2015	M²	5.248,00
8.15	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS 20X10CM)	TXKM	13.776,00
8.16	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(LASTRO AREIA MÊDIA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS INTERTRAVADOS)	TXKM	9.389,94
8.17	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(LASTRO DE PÓ DE PEDRA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS INTERTRAVADOS)	TXKM	1.620,15
8.18	CPU-10	PRÓPRIA	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER. AF 08/2017	M³	115,20
8.19	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(CIMENTO PARA O LASTRO DE CONCRETO)	TXKM	516,39
8.20	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO AREIA MÊDIA)	TXKM	3.020,85
8.21	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO BRITA 1)	TXKM	2.112,39
8.22	CPU-13	PRÓPRIA	PISO TÁTIL ALERTA E DIRECIONAL EM CONCRETO, 20 X 20 CM, E= 2,0 CM, COR NATURAL	M²	1.362,00
8.23	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(PISO TÁTIL DIRECIONAL E DE ALERTA, EM CONCRETO 20X20CM E=2,0CM)	TXKM	1.001,07
9			DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS		
9.1	99063	SINAPI	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF 03/2024	M	2.000,00
9.2	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF 09/2024	M³	163,39
9.3	90091	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF 09/2024	M³	1.904,00
9.4	102305	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARG. DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO MOLE, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF 09/2024	M³	864,00
9.5	101572	SINAPI	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO PONTALETEAMENTO, COM PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, LARGURA MENOR QUE 1,5 M. AF 01/2026	M²	3.240,00
9.6	101571	SINAPI	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO PONTALETEAMENTO, COM PROFUNDIDADE DE 0 A 1,5 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M. AF 01/2026	M²	520,00
9.7	CPU-14	PRÓPRIA	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF 08/2020	M³	208,00
9.8	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (COLCHÃO DE	TXKM	106.582,32

				AREIA PARA DRENAGEM)		
9.9	92210	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	800,00	
9.10	92212	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	1.200,00	
9.11	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (TUBOS DE CONCRETO ARMADO DE D=400MM E 600MM)	TXKM	10.836,00	
9.12	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O REJUNTE DOS TUBOS DE CONCRETO ARMADO, D=400MM E 600MM)	TXKM	47,48	
9.13	97953	SINAPI	CAIXA COM GRELHA SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,5X1X1 M. AF_12/2020	UND	200,00	
9.14	99259	SINAPI	BASE PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M, PROFUNDIDADE = 1,40 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_12/2020	UND	200,00	
9.15	99261	SINAPI	ACRÉSCIMO PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M. AF_12/2020	M	50,00	
9.16	99259	SINAPI	BASE PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M, PROFUNDIDADE = 1,40 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_12/2020	UND	10,00	
9.17	99261	SINAPI	ACRÉSCIMO PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M. AF_12/2020	M	10,00	
9.18	98114	SINAPI	TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, EM FERRO FUNDIDO, DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M. AF_12/2020	UND	60,00	
9.19	102750	SINAPI	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR D = 60 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONDSIDADE DE 30°, INCLUINDO FÔRMAS E MATERIAIS. AF_07/2021	UND	25,00	
9.20	104741	SINAPI	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M³	2.033,52	
9.21	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	6.400,00	
9.22	94274	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	2.000,00	
9.23	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRÉ-MOLDADO, COMP.=1	TXKM	15.717,24	

				M, (30 X 15/ 13)		
	9.24	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O REJUNTE MEIO FIO)	TXKM	155,77
	9.25	94281	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_01/2024	M	6.400,00
	9.26	94282	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_01/2024	M	2.000,00
10				SINALIZAÇÃO		
	10.1	5213401	SICRO-3	PINTURA DE FAIXA - TINTA BASE ACRÍLICA - ESPESURA DE 0,6 MM	M²	2.360,00
	10.2	5216111	SICRO-3	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE E TRAVESSA PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA DE LEI TRATADA 8 X 8 CM	UND	100,00
	10.3	5213417	SICRO-3	CONFEÇÃO DE PLACA EM AÇO Nº 16 GALVANIZADO, COM PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + III	M²	25,00
	10.4	CPU-15	PRÓPRIA	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X20CM	UND	100,00
11				PINTURA		
	11.1	102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	6.407,75
12				LIMPEZA FINAL DA PAVIMENTAÇÃO		
	12.1	CPU-16	PRÓPRIA	LIMPEZA DE RUAS (VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS)	M²	44.800,00

Conforme previsto no inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve elaborar, previamente à contratação, a estimativa de preços baseada em fontes oficiais, respeitando os critérios de transparência, isonomia e vantajosidade.

Com base em pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores do ramo e nos sistemas oficiais de referência de custos SINAPI (março de 2026) e SICRO (janeiro de 2026), estima-se o **valor global da contratação em R\$ 17.492.121,03 (dezessete milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cento e vinte e um reais e três centavos)**.

O orçamento foi elaborado considerando composições de custos unitários atualizadas, insumos, mão de obra, encargos sociais e BDI compatíveis com a natureza dos serviços de engenharia a serem executados, assegurando parâmetros técnicos e financeiros adequados à realidade de mercado.

Os recursos financeiros destinados à execução do objeto são provenientes do Orçamento Geral da União, de emendas parlamentares, de recursos próprios do Município, bem como de eventuais convênios que venham a ser firmados futuramente, tanto na esfera federal quanto na esfera estadual, observadas as respectivas disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Dessa forma, verifica-se a viabilidade orçamentária da contratação, em consonância com o planejamento administrativo e as diretrizes de desenvolvimento urbano do Município. A estimativa foi elaborada a partir da composição de custos unitários dos serviços, acrescidos dos encargos sociais, custos indiretos, administrativos e BDI compatível com a realidade do mercado regional, conforme planilhas anexas.

6. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

O objeto da presente contratação consiste no Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia destinados à execução de obras de pavimentação urbana em blocos sextavados de concreto, contemplando a implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas, bem como a construção de calçadas com observância às normas de acessibilidade, no âmbito do Município de Santana/AP.

Trata-se de solução integrada de infraestrutura viária, cuja execução deverá observar rigorosamente os projetos executivos específicos de cada intervenção, as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as diretrizes do DNIT aplicáveis à pavimentação urbana e drenagem pluvial, bem como a legislação ambiental e de acessibilidade vigente.

A solução técnica contempla, de forma não exaustiva:

- ✓ **Serviços preliminares, mobilização e instalação de canteiro;**
- ✓ **Terraplenagem e regularização do subleito;**
- ✓ **Execução de sub-base e base conforme dimensionamento estrutural;**
- ✓ **Implantação de drenagem profunda (tubulações, caixas coletoras, bocas de lobo, poços de visita e dispositivos complementares);**
- ✓ **Assentamento de blocos sextavados intertravados;**
- ✓ **Execução de meio-fio e sarjetas moldados in loco ou pré-moldados;**
- ✓ **Construção de calçadas com acessibilidade universal, conforme ABNT NBR 9050;**
- ✓ **Sinalização horizontal e demais serviços complementares.**

A execução ocorrerá sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas, preservando a padronização técnica e garantindo controle tecnológico adequado dos materiais empregados.

A vida útil estimada da solução é de aproximadamente 15 a 20 anos, desde que observadas as manutenções preventivas adequadas, caracterizando investimento público de médio e longo prazo

7. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

Foram analisadas três alternativas para atendimento da necessidade:

Alternativa	Vantagens	Desvantagens	Conclusão
1. Execução Direta	Controle total pela administração.	Inviável. A CODESAN não dispõe de corpo técnico, operacional e equipamentos para execução de obras desta natureza. Alto risco de ineficiência e sobre custo.	Rejeitada
2. Licitação por Obra Individual	Especificidade para cada local.	Economicamente desvantajosa. Demandaria múltiplos processos licitatórios, elevando custos	Não Recomendada

		administrativos e fragmentando a fiscalização. Perda de escala.	
3. Sistema de Registro de Preços (SRP)	Padronização técnica; Ganho de escala; Agilidade no atendimento; Racionalização de custos administrativos; Maior eficiência na fiscalização.	Exige planejamento prévio robusto e projetos bem definidos.	Recomendada

Justificativa da Escolha: O Sistema de Registro de Preços demonstra-se como a solução mais vantajosa por conjugar economicidade, eficiência operacional e qualidade técnica. Permite que a CODESAN atenda às demandas de forma ágil, sob demanda, com padrão construtivo uniforme e custos otimizados, em plena conformidade com os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E SEU CICLO DE VIDA

A solução adotada deve ser analisada sob a perspectiva de seu ciclo de vida completo, em conformidade com as boas práticas de planejamento previstas no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

O ciclo de vida da solução compreende:

- ✓ **Fase de Planejamento:**
Elaboração dos projetos executivos específicos para cada via, levantamentos topográficos, estudos geotécnicos quando necessários, análise de interferências e obtenção de eventuais autorizações ambientais.
- ✓ **Fase de Execução:**
Implantação das intervenções de pavimentação e drenagem sob rigoroso controle tecnológico, fiscalização técnica e acompanhamento do cronograma físico-financeiro.
- ✓ **Fase de Operação:**
Utilização da infraestrutura pela população, com monitoramento periódico das condições estruturais, desempenho da drenagem e integridade do pavimento.
- ✓ **Fase de Manutenção:**
A pavimentação em blocos intertravados apresenta a vantagem de permitir manutenção localizada, com retirada e reaproveitamento de peças, reduzindo custos de recomposição.
- ✓ **Fase de Desmobilização ou Requalificação:**
Ao final da vida útil, poderá ser realizada requalificação estrutural ou substituição parcial dos componentes, com destinação ambientalmente adequada dos resíduos.
- ✓ A análise do ciclo de vida demonstra que a solução adotada apresenta desempenho técnico satisfatório, manutenção simplificada e menor custo global ao longo do tempo.

9. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a possibilidade de parcelamento do objeto. Conclui-se que o parcelamento funcional (por exemplo, contratação separada de drenagem e pavimentação) comprometeria:

- ✓ A unidade técnica do sistema viário;
- ✓ A responsabilidade técnica integrada;
- ✓ A coordenação do cronograma físico;
- ✓ A garantia da obra como sistema estrutural único.

A pavimentação, drenagem, meio-fio e calçadas constituem um conjunto técnico interdependente. A fragmentação contratual geraria riscos de incompatibilidades executivas, disputas de responsabilidade e aumento do custo de fiscalização. O Sistema de Registro de Preços, por sua natureza, já permite parcelamento temporal das execuções, preservando a unidade técnica e garantindo eficiência administrativa.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDÊNCIAS (Art. 18, §1º, VI, Lei nº 14.133/2021)

A execução das intervenções dependerá da elaboração prévia de projetos executivos específicos para cada via, estudos topográficos e eventuais licenciamentos ambientais. Essas etapas são complementares e sequenciais, não se tratando de objetos autônomos, mas de fases distintas de um mesmo empreendimento público.

Há também interdependência com:

- ✓ Planejamento orçamentário anual;
- ✓ Programas municipais de mobilidade urbana;
- ✓ Cronogramas de investimentos estruturantes.

A presente contratação possui relação com o Processo Administrativo nº 040/2026/CODESAN-PMS, que trata de processo de adesão à ata de registro de preços para elaboração dos projetos em BIM. A execução das obras dependerá da aprovação e entrega dos projetos que serão elaborados através desta plataforma, o que atende aos princípios do planejamento, da eficiência e da segurança, além de observar a legislação profissional aplicável à engenharia.

A adequada coordenação dessas etapas assegura conformidade com os princípios do planejamento, eficiência e interesse público.

11. ANÁLISE DE RISCOS E MEDIDAS MITIGADORAS

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Medidas Mitigadoras Propostas
Chuvas intensas	Alto	Alto	Planejamento sazonal e drenagem provisória
Recalque do solo	Média	Alto	Ensaios geotécnicos prévios
Atraso na execução	Média	Alto	Cronograma detalhado e penalidades
Aumento de insumos	Média	Médio	Critério de reajuste contratual
Falha na fiscalização	Média	Alto	Designação formal e capacitação

12. RESULTADOS ESPERADOS

Com a contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obras de pavimentação em blocos sextavados, contemplando sistema de drenagem profunda, meio-fio, sarjetas e calçadas, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento de Santana – CODESAN, espera-se alcançar resultados estruturantes e duradouros para o Município de Santana/AP.

A intervenção proposta permitirá **melhoria significativa da mobilidade urbana**, ao proporcionar condições adequadas de trafegabilidade em vias que atualmente apresentam solo exposto, irregularidades, erosões e dificuldades de circulação, especialmente durante o período chuvoso. A implantação da pavimentação intertravada, associada à execução de base e sub-base adequadamente dimensionadas, assegurará maior estabilidade do pavimento e melhor desempenho estrutural.

A execução de **sistema de drenagem profunda** contribuirá diretamente para a **redução de alagamentos e enxurradas**, mitigando danos à infraestrutura urbana e prevenindo processos erosivos. A adequada condução das águas pluviais preservará a integridade do pavimento e reduzirá intervenções corretivas recorrentes, promovendo maior eficiência no uso dos recursos públicos.

Espera-se também **aumento da segurança viária para pedestres e condutores**, com a eliminação de atoleiros, poças d'água, desníveis acentuados e condições precárias de circulação. A execução de meio-fio e sarjetas permitirá melhor organização do fluxo viário e delimitação adequada dos espaços de circulação.

A construção de **calçadas com observância às normas de acessibilidade (ABNT NBR 9050)** promoverá a ampliação da acessibilidade universal, assegurando o direito de ir e vir a pessoas com deficiência, idosos, crianças e cidadãos com mobilidade reduzida, em consonância com os princípios da inclusão social e dignidade da pessoa humana.

Os investimentos em infraestrutura viária resultarão ainda na **valorização urbana das áreas atendidas**, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, o fortalecimento do comércio local e a integração entre bairros e comunidades historicamente afetadas por carência de infraestrutura adequada.

Sob o aspecto econômico-financeiro, a padronização das soluções construtivas e a adoção de pavimentação intertravada permitirão **redução de despesas com manutenções corretivas emergenciais**, uma vez que a tecnologia empregada facilita intervenções localizadas e reaproveitamento de materiais, reduzindo custos ao longo do ciclo de vida da obra.

A contratação também assegurará **padronização técnica das intervenções viárias**, permitindo maior controle de qualidade, uniformidade construtiva e racionalização dos procedimentos de fiscalização, em conformidade com as boas práticas de governança pública e planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

Portanto, com a implementação da contratação, espera-se a redução significativa de acidentes em áreas críticas, a mitigação de problemas estruturais causados por deficiência de drenagem, a promoção efetiva da acessibilidade universal, a integração urbana entre comunidades e a melhoria substancial da mobilidade da população. Além disso, a execução das obras proporcionará aplicação eficiente e responsável dos recursos públicos, mediante intervenções duráveis, seguras e alinhadas às políticas públicas estruturantes de desenvolvimento urbano do Município de Santana/AP

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

A contratação decorrente do Registro de Preços visando à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução de obras de pavimentação em blocos sextavados, compreendendo a implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas, bem como a construção de calçadas em vias urbanas para a Companhia de Desenvolvimento do Município de Santana – CODESAN/PMS, tem por finalidade assegurar a utilização eficiente, racional e economicamente vantajosa dos recursos públicos disponíveis, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

A solução proposta foi estruturada com foco na obtenção de resultados concretos e mensuráveis, tanto sob a perspectiva financeira quanto institucional e social, conforme detalhado a seguir:

a) Economicidade

A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilita a racionalização dos custos administrativos e operacionais, evitando a realização de múltiplos processos licitatórios para cada intervenção isolada. A padronização das soluções de pavimentação, drenagem, meio-fio e calçadas reduz variações executivas, minimiza retrabalhos e mitiga desperdícios de materiais.

A utilização de composições de custos baseadas em tabelas oficiais (SINAPI/SICRO), aliada à disputa competitiva pelo critério de menor preço, assegura maior vantajosidade econômica e transparência na aplicação dos recursos públicos.

b) Melhor aproveitamento dos recursos humanos

A execução das obras por empresa especializada permite que as atividades operacionais sejam conduzidas por equipe técnica qualificada, sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, mediante emissão de ART ou RRT.

Com isso, a CODESAN poderá concentrar seus recursos humanos próprios nas atividades de planejamento, fiscalização, controle de qualidade e gestão contratual, fortalecendo os mecanismos de governança e assegurando maior controle técnico e administrativo sobre a execução dos serviços.

c) Otimização dos recursos materiais

A padronização das intervenções viárias possibilita maior previsibilidade no consumo de insumos, controle mais eficiente dos quantitativos e redução de perdas durante a execução. O emprego de técnicas adequadas de engenharia, incluindo correta preparação do subleito, execução de base e sub-base e implantação de drenagem profunda, assegura maior durabilidade do pavimento intertravado.

Além disso, a pavimentação em blocos sextavados apresenta vantagem técnica relevante: permite manutenção localizada com reaproveitamento de peças, reduzindo desperdícios e custos futuros de recomposição.

d) Eficiência na aplicação dos recursos financeiros

A contratação por meio de procedimento licitatório estruturado, com projetos e especificações previamente definidos, amplia a competitividade entre os licitantes e assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A integração entre pavimentação e sistema de drenagem profunda reduz significativamente a ocorrência de patologias estruturais decorrentes de infiltrações e alagamentos, o que contribui para a diminuição de despesas futuras com manutenção corretiva emergencial. Dessa forma, promove-se economia ao longo do ciclo de vida da infraestrutura implantada.

e) Resultados institucionais e sociais

O melhor aproveitamento dos recursos disponíveis permitirá à CODESAN ampliar sua capacidade de atendimento às demandas por infraestrutura urbana, assegurando intervenções executadas com padrão técnico uniforme, dentro dos prazos estabelecidos e com fiscalização adequada.

Sob o aspecto social, espera-se:

- Melhoria substancial da mobilidade urbana;
- Redução de alagamentos e processos erosivos;
- Aumento da segurança viária;

- Ampliação da acessibilidade universal por meio da construção de calçadas adequadas;
- Valorização urbana e melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, a contratação contribuirá para o fortalecimento da política pública de desenvolvimento urbano sustentável do Município de Santana/AP, promovendo infraestrutura durável, segura e alinhada às diretrizes de planejamento municipal e às boas práticas de gestão pública.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Antes da formalização de cada contrato decorrente da Ata de Registro de Preços cujo objeto consiste na futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução de obras de pavimentação em blocos sextavados, compreendendo a implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas, bem como a construção de calçadas em vias urbanas para a Companhia de Desenvolvimento do Município de Santana – CODESAN/PMS, deverão ser adotadas providências administrativas essenciais à garantia da legalidade, regularidade e efetividade da contratação.

Dentre as providências que antecedem a celebração contratual, destacam-se:

- ✓ **Verificação da existência de dotação orçamentária suficiente e específica**, compatível com a intervenção a ser executada, observando-se a vinculação aos instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA), nos termos da legislação vigente;
- ✓ **Elaboração e análise jurídica da minuta contratual**, assegurando sua conformidade com a Ata de Registro de Preços, com o Termo de Referência e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às cláusulas obrigatórias previstas no art. 92;
- ✓ **Designação formal do gestor e dos fiscais do contrato**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo acompanhamento técnico e administrativo adequado da execução das obras, inclusive quanto ao controle tecnológico dos materiais e cumprimento do cronograma físico-financeiro;
- ✓ **Comprovação da manutenção das condições de habilitação da empresa contratada**, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, econômico-financeira e qualificação técnica compatível com os serviços de pavimentação e drenagem a serem executados;
- ✓ **Emissão da ordem de serviço específica**, com definição clara do objeto, local da intervenção, prazo de execução e valor contratado;
- ✓ **Registro e publicação dos atos contratuais em meio oficial**, assegurando a publicidade, a transparência e o controle social da contratação, conforme os princípios da Administração Pública.

Essas medidas são indispensáveis para garantir que cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços seja formalizada com segurança jurídica, responsabilidade fiscal e observância aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público, assegurando adequada execução das obras de infraestrutura urbana no Município de Santana/AP.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação decorrente do Registro de Preços visando à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução de obras de pavimentação em blocos sextavados, compreendendo a implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas, bem como a construção de calçadas em vias urbanas para a Companhia de Desenvolvimento do Município de Santana –

CODESAN/PMS, poderá gerar impactos ambientais temporários e localizados, inerentes às atividades típicas de obras de infraestrutura urbana.

Tais impactos, bem como as respectivas medidas mitigadoras, são analisados a seguir:

a) Geração de resíduos da construção civil

Impacto:

Produção de resíduos sólidos provenientes de escavações, demolições pontuais, cortes de pavimento existente, sobras de concreto, embalagens de materiais, restos de blocos intertravados, tubulações e demais insumos utilizados na execução da drenagem e pavimentação.

Medidas mitigadoras:

- ✓ Segregação dos resíduos na fonte, conforme sua classificação; Acondicionamento adequado e armazenamento temporário em local apropriado;
 - ✓ Destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente e com as normas técnicas aplicáveis;
 - ✓ Priorizar a reutilização e reciclagem de materiais sempre que tecnicamente viável;
- Implementação de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC).

b) Alteração temporária do solo e interferências na drenagem natural

Impacto:

Escavações para implantação de galerias pluviais, assentamento de meio-fio, execução de base e sub-base, podendo ocasionar alteração temporária do perfil do terreno e da dinâmica superficial das águas pluviais durante a execução.

Medidas mitigadoras:

- ✓ Limitar as intervenções às áreas estritamente necessárias;
- ✓ Executar o sistema de drenagem de forma planejada, evitando obstruções temporárias prolongadas;
- ✓ Estabilizar e recompor o solo após a conclusão das atividades;
- ✓ Obter autorizações ambientais quando exigíveis.

c) Emissão de poeira, ruídos e vibrações

Impacto:

Geração de poeira decorrente da movimentação de solo e agregados, além de ruídos provenientes da operação de máquinas, compactadores e veículos de transporte.

Medidas mitigadoras:

- ✓ Umidificação periódica das áreas de intervenção para controle de material particulado;
- ✓ Utilização de equipamentos com manutenção preventiva em dia;
- ✓ Restrição das atividades mais ruidosas aos horários permitidos pela legislação municipal;
- ✓ Sinalização adequada das áreas de obra para proteção da população.

d) Consumo de recursos naturais

Impacto:

Utilização de água para umidificação e preparo de materiais, consumo de energia elétrica e uso de agregados naturais para base, sub-base e concretagem.

Medidas mitigadoras:

- ✓ Uso racional e controlado da água e energia;

- ✓ Planejamento eficiente das etapas executivas para evitar desperdícios;
- ✓ Controle tecnológico para evitar retrabalhos;
- ✓ Emprego de práticas construtivas que reduzam perdas de materiais.

e) Risco de contaminação ambiental**Impacto:**

Possibilidade de vazamentos de combustíveis, óleos lubrificantes ou produtos químicos utilizados em máquinas e equipamentos.

Medidas mitigadoras:

- ✓ Armazenamento adequado de combustíveis em recipientes apropriados;
- ✓ Manutenção preventiva periódica dos equipamentos;
- ✓ Adoção de procedimentos imediatos de contenção e limpeza em caso de vazamentos;
- ✓ Treinamento das equipes para resposta rápida a incidentes ambientais.

f) Impactos positivos pós-implantação**Impacto positivo:**

A implantação da pavimentação intertravada associada à drenagem profunda proporcionará melhoria significativa da mobilidade urbana, redução de alagamentos e processos erosivos, ordenamento do espaço viário, aumento da segurança viária e valorização das áreas atendidas.

A construção de calçadas adequadas promoverá acessibilidade universal e melhoria das condições de circulação para pedestres, contribuindo para inclusão social e qualidade de vida da população.

Medidas potencializadoras:

- ✓ Manutenção preventiva periódica das vias pavimentadas;
- ✓ Monitoramento do desempenho do sistema de drenagem;
- ✓ Planejamento de futuras intervenções com base em soluções técnicas padronizadas e sustentáveis;
- ✓ Educação ambiental e orientação à comunidade quanto ao correto uso e preservação da infraestrutura

16. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

Diante da análise técnica, econômica, jurídica e administrativa realizada, conclui-se que a contratação proposta, consistente no Registro de Preços visando à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução de obras de pavimentação em blocos sextavados, compreendendo a implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas, bem como a construção de calçadas em vias urbanas para a Companhia de Desenvolvimento do Município de Santana – CODESAN/PMS, mostra-se plenamente viável, necessária e vantajosa para a Administração Pública.

A adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se adequada para atender demanda recorrente, territorialmente distribuída e com quantitativos inicialmente estimados, mas executados sob demanda, assegurando maior agilidade administrativa, racionalização de custos, padronização técnica das intervenções e eficiência na aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

Recomenda-se, portanto, a aprovação do presente Estudo Técnico Preliminar e a autorização para abertura de procedimento licitatório na modalidade concorrência, considerando que o objeto consiste na execução de obras de engenharia de infraestrutura urbana, envolvendo serviços de terraplenagem, drenagem profunda, pavimentação, execução de meio-fio, sarjetas e calçadas, com responsabilidade técnica formalmente constituída, controle tecnológico

de materiais e fiscalização especializada.

Trata-se de contratação de natureza técnica relevante e, em regra, de valor estimado expressivo, o que torna a modalidade concorrência a mais adequada e robusta para assegurar ampla competitividade, segurança jurídica e observância aos princípios da legalidade, eficiência e transparência.

A escolha do critério de julgamento pelo menor preço mostra-se pertinente, uma vez que o objeto é padronizado, com projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e especificações técnicas previamente definidos pela CODESAN, não havendo necessidade de avaliação subjetiva de soluções técnicas inovadoras. A disputa, portanto, concentra-se na melhor proposta econômica, desde que atendidas integralmente todas as exigências técnicas estabelecidas no edital, assegurando isonomia, objetividade do julgamento e seleção da proposta mais vantajosa.

Por fim, registra-se que o presente Estudo Técnico Preliminar atende integralmente aos requisitos previstos no art. 6º, inciso XX, bem como no art. 18 e seus parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo fundamentação técnica, jurídica e administrativa suficiente para o regular prosseguimento do processo de contratação, em estrita observância ao princípio do planejamento e às boas práticas de governança pública.

Santana-AP, 28 de abril de 2026.

JACKSON PASTANA PACHECO
Engenheiro Civil – Registro Nacional CREA/PA nº 1520008783
Chefe da Divisão de Obras e Serviços Públicos / CODESAN-PMS
Decreto nº 2228/2025 – GAB.PREF/PMS

ANEXO II DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme previsto no art. 6º, XXIII da Lei nº 14.133/2021 Termo de Referência constitui um documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos: a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação; b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas; c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto; d) requisitos da contratação; e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento; f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade; g) critérios de medição e de pagamento; h) forma e critérios de seleção do fornecedor; i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado; j) adequação orçamentária.

ÓRGÃO/ENTIDADE CONTRATANTE: Companhia de Desenvolvimento do Município de Santana – CODESAN/PMS	
ÁREA REQUISITANTE	
Setor:	Divisão de Obras e Serviços Públicos / CODESAN-PMS
Responsável:	JACKSON PASTANA PACHECO - Decreto nº 2228/2025 – GAB.PREF/PMS
Cargo:	Chefe da Divisão de Obras e Serviços Públicos / CODESAN-PMS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

Objeto: O presente Termo de Referência tem por objeto o **Registro de Preços, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução de obras de pavimentação em blocos sextavados, compreendendo a implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas, bem como a construção de calçadas em vias urbanas**, com execução sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas, no Município de Santana/AP, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, as quantidades estimadas, a disponibilidade orçamentária anual e a priorização definida pela Administração, não gerando para a Administração obrigação de contratação de quantitativos mínimos, tampouco direito subjetivo do fornecedor à emissão de ordens de serviço.

Os quantitativos a serem registrados nesta contratação, foram realizados com base na avaliação prospectiva das demandas institucionais da CODESAN, considerando o início das atividades operacionais da companhia, sua abrangência territorial no município de Santana/AP, conforme especificações abaixo e na planilha anexa:

Macro serviç o	Referênci a	Base	Descrição	Und	Quant.
				UND	1,00
				UND	1,00
1			SERVIÇOS PRELIMINARES		
	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M²	45,00
	CPU-1	PRÓPRIA	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRAS, FORA DA PROJEÇÃO DA LAJE, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_01/2024_PE	M²	90,00
	CPU-2	PRÓPRIA	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_04/2016	M²	120,00
	101502	SINAPI	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 16 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_12/2025	UND	10,00
2			MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		
	CPU-3	PRÓPRIA	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MACAPÁ ATÉ O MUNICÍPIO DE SANTANA-AP)	UND	1,00
3			DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		
	CPU-4	PRÓPRIA	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (DO MUNICÍPIO DE SANTANA-AP ATÉ O MUNICÍPIO DE MACAPÁ)	UND	1,00
4			SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA		
	5212560	SICRO-3	PLACA DE ADVERTÊNCIA PARA SINALIZAÇÃO DE OBRAS MONTADA EM SUPORTE METÁLICO MÓVEL, LADO 1,00 M - UTILIZAÇÃO DE 600 CICLOS	UN.DI A	1.440,00

5			ADMINISTRAÇÃO LOCAL		
	CPU-5	PRÓPRIA	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UND	1,00
6			TERRAPLENAGEM		
	CPU-6	PRÓPRIA	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA PAVIMENTAÇÃO, INCLUSIVE NOTA DE SERVIÇOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M²	64.512,00
	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M²	64.512,00
	101000	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: T). AF_02/2026	T	12.096,00
	95880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	314.496,00
	CPU-7	PRÓPRIA	CORTE E ATERRO COMPENSADO	M³	8.000,00
	101126	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	M³	3.000,00
	6079	SINAPI/INSUM O	ATERRO DE 1º CATEGORIA NA JAZIDA (SEM EQUIPAMENTO) ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	3.000,00
	95880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	40.500,00
	5502978	SICRO-3	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL	M³	5.000,00
7			PAVIMENTAÇÃO		
	100575	SINAPI	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024	M²	64.512,00
	101126	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	M³	9.676,80

	6079	SINAPI/INSUM O	ATERRO DE 1º CATEGORIA NA JAZIDA (SEM EQUIPAMENTO) ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	9.676,80
	95880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020(SUB- BASE)	TXKM	130.636,8 0
	5502978	SICRO-3	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL(SUB-BASE)	M³	9.676,80
	101126	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	M³	9.676,80
	6079	SINAPI/INSUM O	ATERRO DE 1º CATEGORIA NA JAZIDA (SEM EQUIPAMENTO) ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	9.676,80
	95880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	130.636,8 0
	5502978	SICRO-3	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL(SUB-BASE)	M³	9.676,80
	CPU-8	PRÓPRIA	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M²	44.800,00
	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADOS 25X25CM)	TXKM	135.475,2 0
	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (COLCHÃO DE AREIA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADOS 25 X 25 CM)	TXKM	80.156,16
	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (PÓ DE PEDRA PARA BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADOS 25 X 25 CM)	TXKM	9.313,92
	CPU-9	PRÓPRIA	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M³	480,00
	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O TRAVAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	3.678,63

	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (AREIA PARA O TRAVAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	10.999,80
	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (BRITA Nº 1 PARA O TRAVAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	9.029,58
8			PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO E PISO DE ACESSIBILIDADE		
	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	M³	28,80
	CPU-10	PRÓPRIA	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS OU RADIERES. AF_08/2017	M³	28,80
	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(CIMENTO PARA O LASTRO DE CONCRETO ASSENTAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	129,15
	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO AREIA MÊDIA)	TXKM	755,37
	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO BRITA 1)	TXKM	527,94
	101126	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020(ATERRO DAS CALÇADAS)	M³	456,96
	6079	SINAPI/INSUMO	ATERRO DE 1º CATEGORIA NA JAZIDA (SEM EQUIPAMENTO) ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	456,96
	95880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020 (ATERRO PARA AS CALÇADAS)	TXKM	6.168,96
	4805754	SICRO-3	COMPACTAÇÃO MANUAL COM SOQUETE VIBRATÓRIO (ATERRO PARA AS CALÇADAS)	M³	456,96
	CPU-11	PRÓPRIA	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO APARENTE DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M²	1.216,00

	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(BLOCOS DE CONCRETO 9X19X39CM)	TXKM	2.778,32
	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS DE CONCRETO 9X19X39CM)	TXKM	43,51
	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(AREIA MÊDIA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	386,56
	CPU-12	PRÓPRIA	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015	M²	5.248,00
	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS 20X10CM)	TXKM	13.776,00
	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(LASTRO AREIA MÊDIA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS INTERTRAVADOS)	TXKM	9.389,94
	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(LASTRO DE PÓ DE PEDRA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS INTERTRAVADOS)	TXKM	1.620,15
	CPU-10	PRÓPRIA	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERES. AF_08/2017	M³	115,20
	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(CIMENTO PARA O LASTRO DE CONCRETO)	TXKM	516,39
	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO AREIA MÊDIA)	TXKM	3.020,85
	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO BRITA 1)	TXKM	2.112,39
	CPU-13	PRÓPRIA	PISO TÁTIL ALERTA E DIRECIONAL EM CONCRETO, 20 X 20 CM, E= 2,0 CM, COR NATURAL	M²	1.362,00
	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(PISO TÁTIL DIRECIONAL E DE ALERTA, EM CONCRETO 20X20CM E=2,0CM)	TXKM	1.001,07

9			DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS		
	99063	SINAPI	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_03/2024	M	2.000,00
	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	M³	163,39
	90091	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M³	1.904,00
	102305	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARG. DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO MOLE, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M³	864,00
	101572	SINAPI	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO PONTALETEAMENTO, COM PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, LARGURA MENOR QUE 1,5 M. AF_01/2026	M²	3.240,00
	101571	SINAPI	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO PONTALETEAMENTO, COM PROFUNDIDADE DE 0 A 1,5 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M. AF_01/2026	M²	520,00
	CPU-14	PRÓPRIA	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_08/2020	M³	208,00
	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (COLCHÃO DE AREIA PARA DRENAGEM)	TXKM	106.582,3 2
	92210	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	800,00
	92212	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	1.200,00
	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (TUBOS DE CONCRETO ARMADO DE D=400MM E 600MM)	TXKM	10.836,00

5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O REJUNTE DOS TUBOS DE CONCRETO ARMADO, D=400MM E 600MM)	TXKM	47,48
97953	SINAPI	CAIXA COM GRELHA SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,5X1X1 M. AF_12/2020	UND	200,00
99259	SINAPI	BASE PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M, PROFUNDIDADE = 1,40 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_12/2020	UND	200,00
99261	SINAPI	ACRÉSCIMO PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M. AF_12/2020	M	50,00
99259	SINAPI	BASE PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M, PROFUNDIDADE = 1,40 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_12/2020	UND	10,00
99261	SINAPI	ACRÉSCIMO PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M. AF_12/2020	M	10,00
98114	SINAPI	TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, EM FERRO FUNDIDO, DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M. AF_12/2020	UND	60,00
102750	SINAPI	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR D = 60 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONDSIDADE DE 30°, INCLUINDO FÔRMAS E MATERIAIS. AF_07/2021	UND	25,00
104741	SINAPI	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M³	2.033,52
94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	6.400,00
94274	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	2.000,00

	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRÉ-MOLDADO, COMP . =1 M, (30 X 15/ 13)	TXKM	15.717,24
	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O REJUNTE MEIO FIO)	TXKM	155,77
	94281	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_01/2024	M	6.400,00
	94282	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_01/2024	M	2.000,00
10			SINALIZAÇÃO		
	5213401	SICRO-3	PINTURA DE FAIXA - TINTA BASE ACRÍLICA - ESPESSURA DE 0,6 MM	M²	2.360,00
	5216111	SICRO-3	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE E TRAVESSA PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA DE LEI TRATADA 8 X 8 CM	UND	100,00
	5213417	SICRO-3	CONFEÇÃO DE PLACA EM AÇO Nº 16 GALVANIZADO, COM PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + III	M²	25,00
	CPU-15	PRÓPRIA	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X20CM	UND	100,00
11			PINTURA		
	102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	6.407,75
12			LIMPEZA FINAL DA PAVIMENTAÇÃO		
	CPU-16	PRÓPRIA	LIMPEZA DE RUAS (VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS)	M²	44.800,00

O prazo do contrato decorrente da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução de obras de pavimentação em blocos sextavados constarão expressamente do instrumento contratual, observada a natureza do objeto, o cronograma físico-financeiro aprovado e os limites previstos na Lei nº 14.133/2021, em que o prazo contratual poderá ser prorrogado, quando cabível, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada, desde que atendidos os requisitos legais e contratuais, com

a correspondente formalização por instrumento cabível.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade institucional da Companhia de Desenvolvimento do Município de Santana – CODESAN de promover melhorias estruturais na infraestrutura viária urbana do Município de Santana/AP, diante da existência de vias não pavimentadas, deficiência ou inexistência de sistema de drenagem profunda, ausência de meio-fio e sarjetas e carência de calçadas adequadas à circulação segura de pedestres.

Grande parte das vias urbanas apresenta condições precárias de trafegabilidade, especialmente durante o período chuvoso, quando ocorrem alagamentos, erosões e comprometimento do leito carroçável, gerando riscos à segurança viária, prejuízos à mobilidade urbana e impactos negativos à saúde pública e à qualidade de vida da população. A ausência de drenagem adequada contribui para o rápido deterioramento das vias, elevando significativamente os custos com manutenções corretivas emergenciais e reduzindo a vida útil das intervenções pontuais realizadas.

Nesse contexto, a solução técnica adotada — pavimentação em blocos sextavados intertravados associada à implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio, sarjetas e construção de calçadas acessíveis — mostra-se adequada às características geotécnicas e climáticas da região, proporcionando maior durabilidade, facilidade de manutenção localizada e melhor desempenho estrutural ao longo do ciclo de vida da infraestrutura implantada.

A contratação indireta por meio de empresa especializada em engenharia justifica-se pela complexidade técnica envolvida na execução dos serviços, que demandam planejamento executivo, controle tecnológico, equipamentos específicos, responsabilidade técnica formalmente constituída e observância rigorosa às normas da ABNT, DNIT e legislação ambiental vigente. A CODESAN, embora detenha atribuição institucional para coordenar e fiscalizar obras públicas, não dispõe de estrutura operacional permanente suficiente para executar diretamente múltiplas frentes de pavimentação e drenagem com a qualidade e a eficiência necessárias.

A adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se juridicamente adequada e administrativamente vantajosa, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de demanda recorrente, padronizável e territorialmente distribuída ao longo do Município, cujos quantitativos exatos dependerão da priorização administrativa e da disponibilidade orçamentária ao longo da vigência da Ata. O SRP permite maior agilidade na emissão de ordens de serviço, racionalização de procedimentos licitatórios, ganho de escala e padronização técnica das intervenções, assegurando economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Ademais, o objeto é tecnicamente definido por meio de projetos, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias previamente estruturadas, não havendo necessidade de avaliação subjetiva de soluções

técnicas inovadoras, o que torna adequado o critério de julgamento pelo menor preço, garantindo objetividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A presente contratação encontra respaldo no Documento de Formalização da Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar – ETP, os quais demonstraram a necessidade administrativa, a viabilidade técnica da solução escolhida, a vantajosidade econômica da contratação indireta e a conformidade com o planejamento institucional da CODESAN.

Dessa forma, a contratação revela-se necessária, conveniente e oportuna, estando alinhada às políticas públicas de desenvolvimento urbano do Município de Santana/AP, aos instrumentos de planejamento orçamentário vigentes e aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, constituindo medida essencial para a melhoria estruturante da infraestrutura urbana municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na execução integrada de obras de infraestrutura viária urbana, compreendendo desde os serviços preliminares até a entrega final das vias pavimentadas, drenadas e dotadas de calçadas acessíveis.

O objeto abrange a regularização do subleito, execução de sub-base e base com controle de compactação, implantação de sistema de drenagem profunda (incluindo tubulações, caixas coletoras, bocas de lobo e dispositivos complementares), assentamento de blocos sextavados intertravados, execução de meio-fio e sarjetas e construção de calçadas conforme normas de acessibilidade.

A empresa contratada será responsável por todas as etapas executivas, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos, controle tecnológico e observância às normas técnicas e ambientais.

A solução foi concebida considerando seu ciclo de vida, privilegiando durabilidade, facilidade de manutenção e redução de custos futuros, assegurando investimento público sustentável e eficiente.

Consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução de obras de pavimentação urbana em blocos de concreto sextavados, contemplando de forma integrada a implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas, bem como a construção de calçadas, mediante Sistema de Registro de Preços.

A solução abrange todas as etapas necessárias à adequada infraestrutura viária urbana, compreendendo:

1. **Serviços preliminares**, incluindo mobilização, instalação de canteiro, sinalização provisória e levantamento topográfico complementar, quando necessário;

2. **Execução de sistema de drenagem profunda**, com implantação de galerias pluviais, poços de visita, bocas de lobo, caixas coletoras e demais dispositivos necessários à captação e condução das águas pluviais, garantindo a durabilidade do pavimento e a prevenção de alagamentos;
3. **Preparação da base e sub-base**, incluindo escavação, regularização, compactação e eventual reforço do subleito, assegurando suporte estrutural adequado ao pavimento;
4. **Execução de pavimentação em blocos sextavados de concreto**, com assentamento sobre colchão de areia, rejuntamento, compactação final e acabamento, observando normas técnicas aplicáveis e padrões de qualidade exigidos;
5. **Execução de meio-fio e sarjetas**, promovendo o correto confinamento do pavimento e direcionamento das águas superficiais;
6. **Construção de calçadas acessíveis**, em conformidade com normas de acessibilidade vigentes, garantindo mobilidade e segurança aos pedestres;
7. **Serviços complementares e acabamento final**, incluindo recomposição de áreas adjacentes, limpeza da obra e entrega em condições adequadas de uso.

A solução é concebida de forma integrada, considerando que a durabilidade e eficiência da pavimentação dependem diretamente da correta execução do sistema de drenagem e da adequada preparação da base estrutural. Dessa forma, opta-se pela contratação conjunta dos serviços correlatos, evitando fragmentação de responsabilidades técnicas, incompatibilidades executivas e riscos de patologias futuras.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza continuada e programada das intervenções em múltiplas vias urbanas, cuja definição exata poderá ocorrer conforme priorização administrativa e disponibilidade orçamentária, garantindo maior eficiência, economicidade e celeridade na execução das obras.

A solução proposta busca atender às demandas de mobilidade urbana, melhoria das condições de trafegabilidade, redução de custos de manutenção viária, valorização imobiliária das áreas atendidas e melhoria da qualidade de vida da população, observando os princípios da eficiência, planejamento e economicidade previstos na legislação vigente.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos Técnicos

A execução deverá observar:

- ABNT NBR 9781 (Blocos intertravados);
- ABNT NBR 9050 (Acessibilidade);
- Normas DNIT para pavimentação urbana;
- Normas ambientais vigentes;
- Emissão de ART/RRT.

- Prévia elaboração e aprovação dos projetos executivos

4.2 Parâmetros Técnicos Mínimos

Pavimentação:

- Blocos sextavados de concreto vibroprensado;
- Resistência mínima conforme NBR 9781;
- Camada de areia de assentamento com espessura controlada.

Base/Sub-base:

- Material granular conforme projeto;
- Compactação mínima de 95% do Proctor Modificado.

Drenagem:

- Tubos de concreto ou PEAD conforme projeto;
- Execução conforme normas DNIT.

4.3 Controle Tecnológico

- Ensaios de compactação;
- Controle granulométrico;
- Verificação de alinhamento e nivelamento;
- Registro fotográfico.

4.4 Sustentabilidade

- PGRCC obrigatório;
- Controle de poeira;

Destinação ambiental adequada de resíduos

4.5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.5.1. DA FASE DE HABILITAÇÃO

4.5.1.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1.2 Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo estipulado pelo sistema, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados:

4.5.1.2.1 Documentos relativos à habilitação jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de

eleição de seus atuais administradores, ou;

b) Registro Comercial, no caso de empresário individual, ou; b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.5.1.2.2 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

4.5.1.2.3 Quanto a Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ), se pessoa jurídica, atualizado;

b) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.

c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.

d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.

e) Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452/1943 c/c a Lei 14.133/21.

4.5.1.2.4 A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.5.1.2.4.1 Os documentos referidos ao subitem supra limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.5.1.2.4.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

4.5.1.2.4.3 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação

4.5.2. QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

a) Comprovação de que possui, em seu quadro permanente na data prevista para apresentação da proposta, **Engenheiro Civil ou Arquiteto**, devidamente registrado no CREA e CAU, que será o responsável técnico pela execução das obras.

b) A comprovação do vínculo profissional poderá ocorrer mediante:

- Contrato social (no caso de sócio);
- Registro na CTPS;
- Contrato de prestação de serviços;
- Declaração de contratação futura acompanhada de anuência expressa do profissional, devendo o efetivo vínculo ser confirmado e comprovado ao tempo da assinatura de cada contrato ou Ordem de Serviço decorrente da Ata de Registro de Preços.

c) Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA ou CAU, em nome do profissional indicado como responsável técnico, comprovando a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto da licitação, especialmente:

PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA (EXIGÊNCIA 20% DA PO)	ITEM DO ORÇAMENTO	QTD EM LICITAÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA 20%	UNIDADE
ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	7.2	9.676,80	1935,36	M3
COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL(SUB-BASE)	7.9	9.676,80	1935,36	M3
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISOINTERTRAVADO, COM BLOCOSEXTAVADO DE 25X25CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	7.10	44.800	8960	M2
CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	7.14	480	96,00	M3
ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	9.3	1.904,00	380,80	M3
TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	9.9	800,00	160,00	M
TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	9.10	1.200,00	240,00	M

ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF 01/2024	9.21	6400	1280	M
EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30CM BASE X 15 CM ALTURA. AF 01/2024	9.25	6400	1280	M

d) A CAT apresentada deverá referir-se a serviços já concluídos.

4.6. DA NÃO APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NOS ARTS. 42 A 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

A não aplicação dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 encontra respaldo no art. 4º, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que dispõe: “Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas: no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.”

No presente caso, o valor estimado da contratação de obras e serviços de engenharia supera significativamente o limite legal, afastando, por si só, a obrigatoriedade de aplicação do tratamento favorecido.

O objeto licitado consiste em: execução de obras de pavimentação em blocos sextavados implantação de sistema de drenagem profunda execução de meio-fio, sarjetas e calçadas, contratação sob demanda via Sistema de Registro de Preços (SRP) Tais serviços demandam: elevada capacidade técnico-operacional disponibilidade contínua de equipamentos e mão de obra especializada domínio de múltiplas etapas construtivas integradas capacidade logística para execução simultânea em diferentes frentes de serviço.

Trata-se, portanto, de objeto complexo e de execução integrada, incompatível, em regra, com a estrutura operacional típica de microempresas e empresas de pequeno porte. A eventual aplicação do tratamento favorecido poderia gerar: risco de inexecução parcial ou total, aumento da necessidade de rescisões contratuais, comprometimento do cronograma físico-financeiro E prejuízo à continuidade de serviços essenciais de infraestrutura urbana.

Nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve assegurar: “a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso, com segurança jurídica e eficiência.” Assim, a restrição justifica-se como medida de proteção ao interesse público e à adequada execução do objeto. O Tribunal de Contas da

União possui entendimento consolidado no sentido de que: a aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 não é absoluta, podendo ser afastada quando houver justificativa técnica e econômica devidamente motivada, conforme está neste ETP.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto referente ao Registro de Preços visando à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução de obras de pavimentação em blocos sextavados, compreendendo a implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas, bem como a construção de calçadas em vias urbanas no Município de Santana/AP, dar-se-á de forma planejada, contínua e controlada, assegurando o atendimento integral dos resultados pretendidos pela Companhia de Desenvolvimento do Município de Santana – CODESAN, desde o início até o encerramento de cada contratação decorrente da Ata.

a) Início da Execução

A execução contratual terá início após a assinatura do contrato específico decorrente da Ata de Registro de Preços e a emissão da respectiva Ordem de Serviço pela CODESAN. A contratada deverá promover a mobilização de equipe técnica habilitada, equipamentos, materiais e insumos necessários à execução dos serviços, observando as exigências legais, técnicas, ambientais e de segurança do trabalho.

O início dos serviços ficará condicionado à formal disponibilidade do local, devidamente atestada pela fiscalização.

b) Planejamento e Mobilização

A contratada deverá apresentar cronograma físico-financeiro detalhado, compatível com a extensão da via e com o prazo contratual definido na ordem de serviço, contemplando todas as etapas da obra, tais como: serviços preliminares, drenagem, base e sub-base, assentamento dos blocos intertravados, execução de meio-fio, sarjetas e calçadas.

O planejamento deverá assegurar sequência lógica das atividades, evitando retrabalhos, paralisações indevidas e atrasos que comprometam a funcionalidade do sistema viário e a segurança da população.

c) Execução dos Serviços

A execução das obras deverá observar rigorosamente os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas e normas da ABNT e DNIT aplicáveis, abrangendo, no mínimo:

- Serviços preliminares e sinalização provisória;
- Escavação e implantação de sistema de drenagem profunda;
- Regularização do subleito;
- Execução de sub-base e base com controle de compactação;

- Assentamento de blocos sextavados intertravados;
- Execução de meio-fio e sarjetas;
- Construção de calçadas com acessibilidade;
- Limpeza final e desmobilização.

A contratada será integralmente responsável pela qualidade técnica dos serviços executados, pelo fornecimento de materiais adequados e pelo cumprimento das normas ambientais, urbanísticas e de segurança.

d) Acompanhamento e Controle

A execução será acompanhada por gestor e fiscal do contrato designados pela CODESAN, que verificarão o cumprimento do cronograma, a conformidade técnica dos serviços e a qualidade dos materiais empregados.

A fiscalização poderá determinar ajustes, correções técnicas ou paralisação de serviços que não atendam às especificações contratuais.

e) Medições e Pagamentos

As medições serão realizadas com base nos quantitativos efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, conforme planilha orçamentária contratual.

Os pagamentos estarão condicionados à regular execução dos serviços, à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada e à aprovação formal do boletim de medição.

f) Conclusão e Encerramento

Concluída a execução da intervenção, a contratada deverá promover a limpeza da área, retirada de resíduos e regularização do local. Após verificação final e aceite definitivo pela fiscalização, será formalizado o encerramento do contrato, sem prejuízo das responsabilidades relativas à garantia dos serviços executados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Forma de Execução

A execução ocorrerá mediante emissão de ordens de serviço individualizadas vinculadas à Ata de Registro de Preços, cada qual configurando instrumento contratual autônomo quanto a prazos, valores, garantias e responsabilidades.

6.2 Local de Execução

Os serviços poderão ser executados em qualquer via urbana do Município de Santana/AP, conforme definido em cada ordem de serviço, considerando aspectos de acesso, interferências urbanas e logística.

6.3 Prazo de Execução

O prazo de execução será definido em cada ordem de serviço, considerando a extensão da via, complexidade da drenagem e volume de serviços.

O prazo terá início a partir da ciência formal da ordem de serviço, não sendo computado eventual impedimento imputável à Administração ou a terceiros.

6.4 Gestão do Contrato

A gestão será exercida por servidor designado, competindo-lhe acompanhar aspectos administrativos, financeiros e contratuais, autorizar medições, registrar ocorrências e adotar providências necessárias à aplicação de sanções quando cabível.

6.5 Fiscalização

A fiscalização será exercida nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe:

- Acompanhar a execução física e técnica;
- Verificar conformidade com projetos e normas;
- Rejeitar serviços irregulares;
- Exigir correções;
- Atestar medições;
- Registrar ocorrências em diário de obra;
- Fiscalizar cumprimento das normas ambientais e de segurança.

A atuação da fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

7.1 Medição

A medição será realizada com base nos quantitativos efetivamente executados por item da planilha orçamentária, devidamente conferidos e aprovados pela fiscalização.

Esse critério assegura objetividade, rastreabilidade e controle técnico adequado.

Em situações excepcionais, poderão ser admitidas medições parciais devidamente justificadas.

7.2 Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão da etapa executiva da via ou trecho contratado.

O recebimento definitivo dependerá da verificação da qualidade, funcionalidade da drenagem, nivelamento do pavimento e adequação das calçadas, mediante termo específico.

7.3 Instrumentos de Controle da Medição

Com a finalidade de assegurar padronização, rastreabilidade e transparência no acompanhamento da execução deverá conter modelo padronizado de Ata de Medição e Recebimento, contemplando, no mínimo:

- a) Identificação da ordem de serviço;
- b) Quantitativos executados;
- c) Registro de ensaios de compactação e controle cura;
- d) Registro fotográfico;
- e) Manifestação conclusiva da fiscalização;
- f) Assinaturas das partes.

7.4 Pagamento

O pagamento será efetuado de forma proporcional à execução dos serviços constantes nos itens estabelecidos na Planilha Sintética de Serviços, observando-se rigorosamente as quantidades efetivamente executadas no período de medição.

Para fins de pagamento, deverá ser elaborado o respectivo Boletim de Medição, o qual será conferido e atestado pelo Fiscal do Contrato, após a verificação in loco da conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas, projetos, cronograma físico-financeiro e demais documentos contratuais.

Somente após a aprovação formal do Boletim de Medição pela Fiscalização do Contrato é que o pagamento poderá ser processado, respeitando-se os prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual. Eventuais divergências identificadas durante a conferência deverão ser devidamente ajustadas antes da liberação do pagamento.

Ressalta-se que não serão considerados, para fins de medição e pagamento, serviços executados em desacordo com o contrato ou sem a prévia autorização da Fiscalização, bem como aqueles que não atendam aos padrões de qualidade exigidos.

7.5 Prazos para Pagamento

Os prazos para pagamento observarão o disposto na Lei nº 14.133/2021 e, quando aplicável, os ditames da Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), sendo contados a partir da apresentação, pela contratada, da documentação fiscal, contábil e técnica completa, regular e devidamente atestada pela fiscalização.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste Termo de Referência e no Edital:

Executar o objeto contratual em conformidade com os projetos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais condições estabelecidas pela **CODESAN**;

Empregar **mão de obra qualificada e em quantidade suficiente**, assumindo integral responsabilidade trabalhista, previdenciária, securitária e civil, não havendo qualquer vínculo ou solidariedade com a CODESAN;

Utilizar materiais de qualidade comprovada, compatíveis com as normas técnicas e com as especificações do projeto;

Comunicar formalmente à CODESAN qualquer ocorrência que possa comprometer a execução adequada da obra, propondo as medidas corretivas necessárias;

Manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução do contrato, com emissão da respectiva ART ou RRT;

Atender prontamente às solicitações da fiscalização da CODESAN, prestando todos os esclarecimentos necessários;

Executar as obras observando as normas de segurança do trabalho, respondendo por acidentes, danos ou prejuízos causados a terceiros;

Entregar a obra concluída em perfeitas condições de uso, conforme os padrões técnicos e de qualidade exigidos.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à CONTRATANTE, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste Termo de Referência, no Edital e na legislação aplicável:

- a) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias para a adequada execução do objeto contratual, incluindo o acesso às informações, documentos, projetos, especificações técnicas e orientações indispensáveis ao desenvolvimento dos serviços;
- b) Designar formalmente fiscal ou comissão de fiscalização para acompanhar e supervisionar a execução do contrato, competindo-lhe dirimir dúvidas técnicas, registrar ocorrências e atestar a conformidade dos serviços executados;
- c) Exercer a fiscalização do contrato, sem que isso exclua ou reduza a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto;
- d) Comunicar formalmente à CONTRATADAS quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo para correção, quando cabível;
- e) Analisar e decidir, em tempo hábil, sobre solicitações, medições, relatórios, pleitos técnicos ou administrativos apresentados pela CONTRATADA, desde que devidamente fundamentados;

- f) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme medições aprovadas e condições estabelecidas no contrato, observada a disponibilidade orçamentária e financeira;
- g) Fornecer, quando de sua responsabilidade, os projetos, autorizações, licenças ou informações necessárias à execução do objeto, ressalvadas aquelas expressamente atribuídas à CONTRATADA;
- h) Receber provisória e definitivamente o objeto contratado, após verificada a conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade e demais exigências contratuais;
- i) Aplicar, quando necessário, as sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- j) Zelar pelo cumprimento das disposições contratuais, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

10. SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação **somente será permitida de forma parcial**, para serviços específicos e acessórios à execução da obra, desde que previamente autorizada pela fiscalização ou gestão do contrato da **CODESAN**, e mediante comprovação da regularidade fiscal, técnica e trabalhista da subcontratada.

Em qualquer hipótese de subcontratação, **permanecerá integral a responsabilidade da CONTRATADA** pela execução do objeto, respondendo direta e exclusivamente perante a CODESAN pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme previsto no inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve elaborar, previamente à contratação, a estimativa de preços baseada em fontes oficiais, respeitando os critérios de transparência, isonomia e vantajosidade.

Com base em pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores do ramo e nos sistemas oficiais de referência de custos SINAPI (março de 2026) e SICRO (janeiro de 2026), estima-se **o valor global da contratação em R\$ 17.492.121,03 (dezessete milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cento e vinte e um reais e três centavos).**

O orçamento foi elaborado considerando composições de custos unitários atualizadas, insumos, mão de obra, encargos sociais e BDI compatíveis com a natureza dos serviços de engenharia a serem executados, assegurando parâmetros técnicos e financeiros adequados à realidade de mercado.

Os recursos financeiros destinados à execução do objeto são provenientes do Orçamento Geral da União, de emendas parlamentares, de recursos próprios do Município, bem como de eventuais convênios que venham a ser firmados futuramente, tanto na esfera federal quanto na esfera estadual, observadas as respectivas disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Dessa forma, verifica-se a viabilidade orçamentária da contratação, em consonância com o planejamento administrativo e as diretrizes de desenvolvimento urbano do Município.

A estimativa foi elaborada a partir da composição de custos unitários dos serviços, acrescidos dos encargos sociais, custos indiretos, administrativos e BDI compatível com a realidade do mercado regional, conforme planilhas anexas.

		SERVIÇOS PRELIMINARES					273.294,55
103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA AF_03/2022_PS	M²	45,00	495,32	615,19	27.683,55
CPU-1	PRÓPRIA	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRAS, FORA DA PROJEÇÃO DA LAJE, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_01/2024_PE	M²	90,00	1.283,76	1.594,43	143.498,70
CPU-2	PRÓPRIA	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_04/2016	M²	120,00	507,00	629,69	75.562,80
101502	SINAPI	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 16 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_12/2025	UND	10,00	2137,64	2.654,95	26.549,50
		MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS					4.117,22
CPU-3	PRÓPRIA	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MACAPÁ ATÉ O MUNICÍPIO DE SANTANA-AP)	UND	1,00	3.314,99	4.117,22	4.117,22
		DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS					4.117,22
CPU-4	PRÓPRIA	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (DO MUNICÍPIO DE SANTANA-AP ATÉ O MUNICÍPIO DE MACAPÁ)	UND	1,00	3.314,99	4.117,22	4.117,22
		SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA					7.516,80
5212560	SICRO-3	PLACA DE ADVERTÊNCIA PARA SINALIZAÇÃO DE OBRAS MONTADA EM SUPORTE METÁLICO MÓVEL, LADO 1,00 M - UTILIZAÇÃO DE 600 CICLOS	UN.DIA	1.440,00	4,20	5,22	7.516,80
		ADMINISTRAÇÃO LOCAL					488.220,76
CPU-5	PRÓPRIA	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UND	1,00	393.092,40	488.220,76	488.220,76
		TERRAPLENAGEM					937.653,40
CPU-6	PRÓPRIA	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA PAVIMENTAÇÃO, INCLUSIVE NOTA DE SERVIÇOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M²	64.512,00	0,38	0,47	30.320,64
98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M²	64.512,00	0,69	0,86	55.480,32
101000	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: T). AF_02/2026	T	12.096,00	6,03	7,49	90.599,04
95880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	314.496,00	1,33	1,65	518.918,40
CPU-7	PRÓPRIA	CORTE E ATERRO COMPENSADO	M²	8.000,00	8,99	11,17	89.360,00
101126	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA 5,20M3). AF_07/2020	M²	3.000,00	12,60	15,65	46.950,00
6079	SINAPI/INSUMO	ATERRO DE 1ª CATEGORIA NA JAZIDA (SEM EQUIPAMENTO) ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M²	3.000,00	0,00	0,00	0,00
95880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	40.500,00	1,33	1,65	66.825,00
5502978	SICRO-3	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL	M²	5.000,00	6,31	7,84	39.200,00

		PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO E PISO DE ACESSIBILIDADE					1.432.756,13
33358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_03/2024	M²	28,80	84,33	104,74	3.016,51
CPU-10	PRÓPRIA	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS OU RADIER. AF_08/2017	M²	28,80	863,42	1.073,82	31.038,82
5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(CIMENTO PARA O LASTRO DE CONCRETO ASSENTAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	129,15	0,73	0,31	117,53
5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO AREIA MÉDIA)	TXKM	755,37	0,63	0,86	643,62
5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO BRITA 1)	TXKM	527,34	0,63	0,86	454,03
101126	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020(ATERRO DAS CALÇADAS)	M²	456,36	12,60	15,65	7.151,42
6079	SINAPI/INSUMO	ATERRO DE 1ª CATEGORIA NA JAZIDA (SEM EQUIPAMENTO) ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M²	456,36	38,76	48,14	21.936,05
35880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020 (ATERRO PARA AS CALÇADAS)	TXKM	6.168,36	1,33	1,65	10.178,78
4805754	SICRO-3	COMPACTAÇÃO MANUAL COM SOQUETE VIBRATÓRIO (ATERRO PARA AS CALÇADAS)	M²	456,36	8,30	10,31	4.711,26
CPU-11	PRÓPRIA	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO APARENTE DE 3X19X33 CM (ESPESSURA 3 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M²	1.216,00	31,32	113,42	137.318,72
5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(BLOCOS DE CONCRETO 3X19X33CM)	TXKM	2.778,32	0,73	0,31	2.528,27
5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS DE CONCRETO 3X19X33CM)	TXKM	43,51	0,73	0,31	39,59
5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(AREIA MÉDIA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	386,56	0,63	0,86	332,44
CPU-12	PRÓPRIA	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015	M²	5.248,00	115,15	143,02	750.568,36
5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS 20X10CM)	TXKM	13.776,00	0,73	0,31	12.536,16
5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(LASTRO AREIA MÉDIA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS INTERTRAVADOS)	TXKM	3.389,34	0,63	0,86	8.075,35
5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(LASTRO DE PÓ DE PEDRA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS INTERTRAVADOS)	TXKM	1.620,15	0,63	0,86	1.393,33
CPU-10	PRÓPRIA	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER. AF_08/2017	M²	115,20	863,42	1.073,82	124.395,26
5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(CIMENTO PARA O LASTRO DE CONCRETO)	TXKM	516,39	0,73	0,31	463,31
5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO AREIA MÉDIA)	TXKM	3.020,85	0,63	0,86	2.597,33
5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO BRITA 1)	TXKM	2.112,39	0,63	0,86	1.816,66
CPU-13	PRÓPRIA	PISO TÁTIL ALERTA E DIRECIONAL EM CONCRETO, 20 X 20 CM, E= 2,0 CM, COR NATURAL	M²	1.362,00	218,61	271,51	363.736,62
5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(PISO TÁTIL DIRECIONAL E DE ALERTA, EM CONCRETO 20X20CM E=2,0CM)	TXKM	1.001,07	0,73	0,31	910,97
		DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS					4.081.493,81
99063	SINAPI	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_03/2024	M	2.000,00	8,88	11,03	22.060,00
93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	M²	163,39	84,33	104,74	17.113,47
90091	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M²	1.904,00	5,98	7,43	14.146,72
102305	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARG. DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO MOLE, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M²	864,00	9,49	11,79	10.186,56
101572	SINAPI	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO PONTALETEAMENTO, COM PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M. AF_01/2026	M²	3.240,00	16,71	20,75	67.230,00
101571	SINAPI	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO PONTALETEAMENTO, COM PROFUNDIDADE DE 0 A 1,5 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M. AF_01/2026	M²	520,00	28,28	35,12	18.262,40
CPU-14	PRÓPRIA	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_08/2020	M²	208,00	261,85	325,22	67.645,76
5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (COLCHÃO DE AREIA PARA DRENAGEM)	TXKM	106.582,32	0,69	0,86	91.660,80
92210	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	800,00	175,06	217,42	173.936,00
92212	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	1.200,00	328,02	407,40	488.880,00
5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (TUBOS DE CONCRETO ARMADO DE D=400MM E 600MM)	TXKM	10.836,00	0,73	0,91	9.860,76
5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O REJUNTE DOS TUBOS DE CONCRETO ARMADO, D=400MM E 600MM)	TXKM	47,48	0,73	0,91	43,21
97953	SINAPI	CAIXA COM GRELHA SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,5X1X1 M. AF_12/2020	UND	200,00	1.606,54	1.995,32	399.064,00
99259	SINAPI	BASE PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M, PROFUNDIDADE = 1,40 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_12/2020	UND	200,00	3.984,41	4.948,64	989.728,00

99261	SINAPI	ACRÉSCIMO PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M. AF_12/2020	M	50,00	1.730,67	2.149,49	107.474,50
99259	SINAPI	BASE PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M, PROFUNDIDADE = 1,40 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_12/2020	UND	10,00	3.984,41	4.948,64	49.486,40
99261	SINAPI	ACRÉSCIMO PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M. AF_12/2020	M	10,00	1.730,67	2.149,49	21.494,90
98114	SINAPI	TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, EM FERRO FUNDIDO, DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M. AF_12/2020	UND	60,00	608,16	755,33	45.319,80
102750	SINAPI	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR D = 60 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONDADE DE 30°, INCLUINDO FÓRMAS E MATERIAIS. AF_07/2021	UND	25,00	3.359,46	4.172,45	104.311,25
104741	SINAPI	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M³	2.033,52	23,75	29,50	59.988,84
94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	6.400,00	60,45	75,08	480.512,00
94274	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	2.000,00	63,20	78,49	156.980,00
5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRÉ-MOLDADO, COMP. = 1 M, (30 X 15/13)	TXKM	15.717,24	0,73	0,91	14.302,69
5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O REJUNTE MEIO FIO)	TXKM	155,77	0,73	0,91	141,75
94281	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_01/2024	M	6.400,00	62,65	77,81	497.984,00
94282	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_01/2024	M	2.000,00	69,92	86,84	173.680,00
SINALIZAÇÃO							219.753,55
5213401	SICRO-3	PINTURA DE FAIXA - TINTA BASE ACRÍLICA - ESPESSURA DE 0,6 MM	M²	2.360,00	29,37	36,48	86.092,80
5216111	SICRO-3	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE E TRAVESSA PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA DE LEI TRATADA 8 X 8 CM	UND	100,00	134,15	166,61	16.661,00
5213417	SICRO-3	CONFECÇÃO DE PLACA EM AÇO Nº 16 GALVANIZADO, COM PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + III	M²	25,00	433,68	538,63	13.465,75
CPU-15	PRÓPRIA	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X20CM	UND	100,00	833,61	1.035,34	103.534,00
PINTURA							13.071,81
102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	6.407,75	1,64	2,04	13.071,81
LIMPEZA FINAL DA PAVIMENTAÇÃO							38.976,00
CPU-16	PRÓPRIA	LIMPEZA DE RUAS (VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS)	M²	44.800,00	0,70	0,87	38.976,00

12. GARANTIAS

12.1 Garantia da Proposta

Não será exigida a prestação de garantia de proposta para a participação nesta licitação, em observância aos princípios da proporcionalidade e da ampla competitividade, considerando a natureza de Registro de Preços do objeto.

12.2 Garantia de Execução

Para a execução contratual, será exigida da licitante vencedora a prestação de garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor de cada instrumento contratual ou Ordem de Serviço específica, nos termos do Art. 96 e Art. 98 da Lei nº 14.133/2021. A garantia deverá ser apresentada em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do instrumento, em qualquer das modalidades previstas em lei.

12.3 Formas de Prestação das Garantias

As garantias poderão ser prestadas nas modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

O edital especificará as condições, requisitos formais, prazos de validade e critérios de aceitação das garantias, assegurando isonomia entre os licitantes e efetividade na proteção do interesse público.

13. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Os riscos ordinários da execução — tais como condições climáticas previsíveis, logística urbana e variações usuais de produtividade — serão atribuídos à contratada.

Eventos extraordinários, imprevisíveis ou de força maior serão tratados conforme matriz de riscos específica e legislação vigente, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

14. SANÇÕES

Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, bem como pelo descumprimento das cláusulas contratuais, especificações técnicas, prazos ou demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e no contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

Na aplicação das sanções serão observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, bem como os critérios previstos no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021, considerados, entre outros:

- a natureza e a gravidade da infração;
- os danos causados à Administração;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os antecedentes da contratada.

As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração, e compreenderão:

- a) Advertência, nas hipóteses de infrações de menor potencial lesivo;
- b) Multa, moratória ou compensatória, nos percentuais e condições definidos no instrumento convocatório e no contrato, incidente sobre o valor do contrato ou sobre a parcela inadimplida;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios da Companhia de Desenvolvimento do Município de Santana – CODESAN, devidamente consignados no Orçamento Geral vigente, bem como de recursos provenientes de convênios ou contratos de repasse celebrados com outros entes federativos, inclusive aqueles operacionalizados pela Caixa Econômica Federal, conforme cada instrumento celebrado.

As despesas relativas aos exercícios financeiros subsequentes, quando houver, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais, condicionadas à sua aprovação e à liberação dos créditos correspondentes, podendo a indicação da dotação ser formalizada mediante apostilamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Considerando que a presente contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, a existência de dotação orçamentária prévia não constitui requisito para a formalização da ata de registro de preços. A contratação dela decorrente, contudo, ficará condicionada à existência de crédito orçamentário suficiente, observados o interesse público, a conveniência administrativa e os limites legais aplicáveis.

ANEXOS:

1. Matriz de Riscos da Contratação;
2. Planilhas de Quantitativos e Composições de Preços;
3. Cronograma Físico-Financeiro de Referência;
4. Leis Sociais;
5. BDI;
6. CPU'S.

Santana-AP, 30 de abril de 2026.

JACKSON PASTANA PACHECO

Engenheiro Civil – Registro Nacional CREA/PA nº 1520008783
Chefe da Divisão de Obras e Serviços Públicos / CODESAN-PMS
Decreto nº 2228/2025 – GAB.PREF/PMS

ANEXO I DO TR - MATRIZ DE RISCO
ANÁLISE DE RISCO DA CONTRATAÇÃO

Processo de Análise: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia destinados à execução de obras de pavimentação urbana em blocos sextavados de concreto, contemplando a implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas, bem como a construção de calçadas com observância às normas de acessibilidade, no âmbito do Município de Santana/AP	Data: 19/01/2026	Versão: 01
Objetivo Fixado: Contratação de empresa		
Fase Processual: Planejamento da Contratação e Fiscalização de Processo.		Etapa: Mapa de Risco

FASE DE ANÁLISE: RISCOS DE PLANEJAMENTO E PROJETO

Nº	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Tratamento	Responsável
1	Inconsistência ou insuficiência de projeto executivo	Média	Alto	Administração	Revisão técnica prévia; validação pela fiscalização antes da OS	Fiscal do Contrato
2	Divergências quantitativas nas planilhas estimativas	Média	Médio	Administração	Conferência técnica e memória de cálculo validada	Sector de Engenharia
3	Ausência de sondagem ou imprevistos geotécnicos relevantes	Média	Alto	Compartilhado	Ordem de serviço específica com visita técnica prévia	Gestão do Contrato

FASE DE ANÁLISE: RISCOS DE EXECUÇÃO DA OBRA

Nº	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Tratamento	Responsável
4	Chuvas intensas e alagamentos (região amazônica)	Alta	Alto	Compartilhado	Cronograma flexível e reprogramação justificada	Contratada + Fiscal
5	Interferência de redes subterrâneas não mapeadas	Média	Alto	Administração	Levantamento prévio e comunicação às concessionárias	Administração
6	Baixa qualidade dos blocos intertravados	Baixa	Alto	Contratada	Controle tecnológico e ensaios laboratoriais	Contratada
7	Falhas na compactação da base/sub-base	Média	Alto	Contratada	Controle tecnológico obrigatório (Proctor 100%)	Contratada
8	Acidentes de trabalho	Média	Alto	Contratada	Exigência de PCMSO, PPRA e EPI	Contratada
9	Atraso na mobilização de equipamentos	Média	Médio	Contratada	Penalidades contratuais e controle de cronograma	Fiscal

FASE DE ANÁLISE: RISCOS AMBIENTAIS

Nº	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Tratamento	Responsável
10	Destinação irregular de resíduos da construção	Média	Médio	Contratada	Comprovação documental de destinação	Contratada
11	Autuações ambientais	Baixa	Alto	Contratada	Cumprimento integral da legislação ambiental	Contratada

FASE DE ANÁLISE: RISCOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Nº	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Tratamento	Responsável
12	Variação extraordinária de insumos (cimento, aço, combustível)	Média	Médio	Compartilhado	Aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro (art. 124, II, d)	Administração
13	Frustração de emendas parlamentares/convênios	Média	Alto	Administração	Emissão de OS condicionada à dotação	Administração
14	Subdimensionamento do BDI	Baixa	Médio	Contratada	Risco empresarial	Contratada

FASE DE ANÁLISE: RISCOS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)						
Nº	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Tratamento	Responsável
15	Não emissão de ordens de serviço suficientes	Média	Médio	Contratada	Risco do modelo SRP (sem garantia de demanda)	Contratada
16	Emissão simultânea de múltiplas OS acima da capacidade operacional	Média	Alto	Administração	Planejamento escalonado	Gestão do Contrato

RISCOS DE GOVERNANÇA E FISCALIZAÇÃO						
Nº	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Tratamento	Responsável
17	Medição inadequada de serviços executados	Média	Alto	Administração	Fiscal técnico habilitado e medição por boletim	Fiscal
18	Pagamento por serviço não executado	Baixa	Alto	Administração	Controle interno e segregação de funções	Gestão
19	Inexecução parcial da drenagem	Baixa	Alto	Contratada	Recebimento provisório e definitivo rigoroso	Fiscal

LEGENDA:

- Probabilidade: Baixa / Média / Alta
- Impacto: Baixo / Médio / Alto
- Alocação: Administração / Contratada / Compartilhado

Santana-AP, 30 de abril de 2026.

JACKSON PASTANA PACHECO

Engenheiro Civil – Registro Nacional CREA/PA nº 1520008783
Chefe da Divisão de Obras e Serviços Públicos / CODESAN-PMS
Decreto nº 2228/2025 – GAB.PREF/PMS



ANEXO II DO TR – PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E COMPOSIÇÕES DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMs.

REFERÊNCIA: SINAPI-03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%

LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - SINTÉTICA

Meta	Submeta	Macro serviço	Serviço	Referência	Base	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit c/ BDI	Total c/ BDI
1							UND	1,00			
	1						UND	1,00			
		1				SERVIÇOS PRELIMINARES					273.294,55
			1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M²	45,00	495,32	615,19	27.683,55
			1.2	CPU-1	PRÓPRIA	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRAS, FORA DA PROJEÇÃO DA LAJE, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_01/2024_PE	M²	90,00	1.283,76	1.594,43	143.498,70
			1.3	CPU-2	PRÓPRIA	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_04/2016	M²	120,00	507,00	629,69	75.562,80
			1.4	101502	SINAPI	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 16 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_12/2025	UND	10,00	2137,64	2.654,95	26.549,50
		2				MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS					4.117,22
			2.1	CPU-3	PRÓPRIA	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MACAPÁ ATÉ O MUNICÍPIO DE SANTANA-AP)	UND	1,00	3.314,99	4.117,22	4.117,22
		3				DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS					4.117,22
			3.1	CPU-4	PRÓPRIA	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (DO MUNICÍPIO DE SANTANA-AP ATÉ O MUNICÍPIO DE MACAPÁ)	UND	1,00	3.314,99	4.117,22	4.117,22
		4				SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA					7.516,80
			4.1	5212560	SICRO-3	PLACA DE ADVERTÊNCIA PARA SINALIZAÇÃO DE OBRAS MONTADA EM SUPORTE METÁLICO MÓVEL, LADO 1,00 M - UTILIZAÇÃO DE 600 CICLOS	UND/DIA	1.440,00	4,20	5,22	7.516,80

5						ADMINISTRAÇÃO LOCAL					488.220,76
	5.1		CPU-5	PRÓPRIA		ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UND	1,00	393.092,40	488.220,76	488.220,76
6						TERRAPLENAGEM					937.653,40
	6.1		CPU-6	PRÓPRIA		SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA PAVIMENTAÇÃO, INCLUSIVE NOTA DE SERVIÇOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M²	64.512,00	0,38	0,47	30.320,64
	6.2		98525	SINAPI		LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M²	64.512,00	0,69	0,86	55.480,32
	6.3		101000	SINAPI		CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: T). AF_02/2026	T	12.096,00	6,03	7,49	90.599,04
	6.4		95880	SINAPI		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	314.496,00	1,33	1,65	518.918,40
	6.5		CPU-7	PRÓPRIA		CORTE E ATERRO COMPENSADO	M³	8.000,00	8,99	11,17	89.360,00
	6.6		101126	SINAPI		ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	M³	3.000,00	12,60	15,65	46.950,00
	6.7		6079	SINAPI/INSUMO		ATERRO DE 1ª CATEGORIA NA JAZIDA (SEM EQUIPAMENTO) ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	3.000,00	0,00	0,00	0,00
	6.8		95880	SINAPI		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	40.500,00	1,33	1,65	66.825,00
	6.9		5502978	SICRO-3		COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL	M³	5.000,00	6,31	7,84	39.200,00
7						PAVIMENTAÇÃO					9.931.149,72
	7.1		100575	SINAPI		REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024	M²	64.512,00	0,56	0,70	45.158,40
	7.2		101126	SINAPI		ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	M³	9.676,80	12,60	15,65	151.441,92
	7.3		6079	SINAPI/INSUMO		ATERRO DE 1ª CATEGORIA NA JAZIDA (SEM EQUIPAMENTO) ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	9.676,80	38,76	48,14	465.841,15
	7.4		95880	SINAPI		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020(SUB- BASE)	TXKM	130.636,80	1,33	1,65	215.550,72
	7.5		5502978	SICRO-3		COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL(SUB-BASE)	M³	9.676,80	6,31	7,84	75.866,11
	7.6		101126	SINAPI		ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	M³	9.676,80	12,60	15,65	151.441,92



7.7	6079	SINAPI/INSUMO	ATERRO DE 1ª CATEGORIA NA JAZIDA (SEM EQUIPAMENTO) ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M²	9.676,80	38,76	48,14	465.841,15
7.8	95880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	130.636,80	1,33	1,65	215.550,72
7.9	5502978	SICRO-3	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL(SUB-BASE)	M²	9.676,80	6,31	7,84	75.866,11
7.10	CPU-8	PRÓPRIA	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M²	44.800,00	132,84	164,99	7.391.552,00
7.11	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADOS 25X25CM)	TXKM	135.475,20	0,73	0,91	123.282,43
7.12	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (COLCHÃO DE AREIA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADOS 25 X 25 CM)	TXKM	80.156,16	0,69	0,86	68.934,30
7.13	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (PÓ DE PEDRA PARA BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADOS 25 X 25 CM)	TXKM	9.313,92	0,69	0,86	8.009,97
7.14	CPU-9	PRÓPRIA	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2:3:2:7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M³	480,00	765,30	950,50	456.240,00
7.15	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O TRAVAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	3.678,63	0,73	0,91	3.347,55
7.16	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (AREIA PARA O TRAVAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	10.999,80	0,69	0,86	9.459,83
7.17	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (BRITA Nº 1 PARA O TRAVAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	9.029,58	0,69	0,86	7.765,44
8			PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO E PISO DE ACESSIBILIDADE					1.492.756,19
8.1	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	M²	28,80	84,33	104,74	3.016,51
8.2	CPU-10	PRÓPRIA	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS OU RADIERES. AF_08/2017	M²	28,80	869,42	1.079,82	31.098,82
8.3	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(CIMENTO PARA O LASTRO DE CONCRETO ASSENTAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	129,15	0,73	0,91	117,53
8.4	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO AREIA MÉDIA)	TXKM	755,37	0,69	0,86	649,62
8.5	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO BRITA 1)	TXKM	527,94	0,69	0,86	454,03

8.6	101126	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020(ATERRO DAS CALÇADAS)	M²	456,96	12,60	15,65	7.151,42
8.7	6079	SINAPI/INSUMO	ATERRO DE 1ª CATEGORIA NA JAZIDA (SEM EQUIPAMENTO) ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M²	456,96	38,76	48,14	21.998,05
8.8	95880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020 (ATERRO PARA AS CALÇADAS)	TXKM	6.168,96	1,33	1,65	10.178,78
8.9	4805754	SICRO-3	COMPACTAÇÃO MANUAL COM SOQUETE VIBRATÓRIO (ATERRO PARA AS CALÇADAS)	M²	456,96	8,30	10,31	4.711,26
8.10	CPU-11	PRÓPRIA	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO APARENTE DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M²	1.216,00	91,32	113,42	137.918,72
8.11	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(BLOCOS DE CONCRETO 9X19X39CM)	TXKM	2.778,32	0,73	0,91	2.528,27
8.12	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS DE CONCRETO 9X19X39CM)	TXKM	43,51	0,73	0,91	39,59
8.13	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(AREIA MÉDIA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS)	TXKM	386,56	0,69	0,86	332,44
8.14	CPU-12	PRÓPRIA	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015	M²	5.248,00	115,15	143,02	750.568,96
8.15	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS 20X10CM)	TXKM	13.776,00	0,73	0,91	12.536,16
8.16	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(LASTRO AREIA MÉDIA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS INTERTRAVADOS)	TXKM	9.389,94	0,69	0,86	8.075,35
8.17	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(LASTRO DE PÓ DE PEDRA PARA O ASSENTAMENTO DOS BLOCOS INTERTRAVADOS)	TXKM	1.620,15	0,69	0,86	1.393,33
8.18	CPU-10	PRÓPRIA	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERES. AF_08/2017	M²	115,20	869,42	1.079,82	124.395,26
8.19	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(CIMENTO PARA O LASTRO DE CONCRETO)	TXKM	516,39	0,73	0,91	469,91
8.20	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO AREIA MÉDIA)	TXKM	3.020,85	0,69	0,86	2.597,93
8.21	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA(PARA O LASTRO DE CONCRETO BRITA 1)	TXKM	2.112,39	0,69	0,86	1.816,66
8.22	CPU-13	PRÓPRIA	PISO TATIL ALERTA E DIRECIONAL EM CONCRETO, 20 X 20 CM, E= 2,0 CM, COR NATURAL	M²	1.362,00	218,61	271,51	369.796,62

	8.23	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(PISO TÁTIL DIRECIONAL E DE ALERTA, EM CONCRETO 20X20CM E=2,0CM)	TXKM	1.001,07	0,73	0,91	910,97
9				DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS					4.081.493,81
	9.1	99063	SINAPI	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_03/2024	M	2.000,00	8,88	11,03	22.060,00
	9.2	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	M³	163,39	84,33	104,74	17.113,47
	9.3	90091	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M³	1.904,00	5,98	7,43	14.146,72
	9.4	102305	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARG. DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO MOLE, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M³	864,00	9,49	11,79	10.186,56
	9.5	101572	SINAPI	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO PONTALETEAMENTO, COM PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, LARGURA MENOR QUE 1,5 M. AF_01/2025	M²	3.240,00	16,71	20,75	67.230,00
	9.6	101571	SINAPI	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO PONTALETEAMENTO, COM PROFUNDIDADE DE 0 A 1,5 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M. AF_01/2026	M²	520,00	28,28	35,12	18.262,40
	9.7	CPU-14	PRÓPRIA	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_08/2020	M³	208,00	261,85	325,22	67.645,76
	9.8	5915321	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (COLCHÃO DE AREIA PARA DRENAGEM)	TXKM	106.582,32	0,69	0,86	91.660,80
	9.9	92210	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	800,00	175,06	217,42	173.936,00
	9.10	92212	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	1.200,00	328,02	407,40	488.880,00
	9.11	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (TUBOS DE CONCRETO ARMADO DE D=400MM E 600MM)	TXKM	10.836,00	0,73	0,91	9.860,76
	9.12	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O REJUNTE DOS TUBOS DE CONCRETO ARMADO, D=400MM E 600MM)	TXKM	47,48	0,73	0,91	43,21
	9.13	97953	SINAPI	CAIXA COM GRELHA SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,5X1X1 M. AF_12/2020	UND	200,00	1.606,54	1.995,32	399.064,00
	9.14	99259	SINAPI	BASE PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M, PROFUNDIDADE = 1,40 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_12/2020	UND	200,00	3.984,41	4.948,64	989.728,00
	9.15	99261	SINAPI	ACRÉSCIMO PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M. AF_12/2020	M	50,00	1.730,67	2.149,49	107.474,50
	9.16	99259	SINAPI	BASE PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M, PROFUNDIDADE = 1,40 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_12/2020	UND	10,00	3.984,41	4.948,64	49.486,40
	9.17	99261	SINAPI	ACRÉSCIMO PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M. AF_12/2020	M	10,00	1.730,67	2.149,49	21.494,90
	9.18	98114	SINAPI	TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, EM FERRO FUNDIDO, DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M. AF_12/2020	UND	60,00	608,16	755,33	45.319,80
	9.19	102750	SINAPI	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR D = 60 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONDISADE DE 30", INCLUINDO FORMAS E MATERIAIS. AF_07/2021	UND	25,00	3.359,46	4.172,45	104.311,25
	9.20	104741	SINAPI	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M³	2.033,52	23,75	29,50	59.988,84
	9.21	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	6.400,00	60,45	75,08	480.512,00
	9.22	94274	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	2.000,00	63,20	78,49	156.980,00
	9.23	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA(MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRÉ-MOLDADO, COMP. =1 M, (30 X 15/ 13)	TXKM	15.717,24	0,73	0,91	14.302,69
	9.24	5914479	SICRO-3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA (CIMENTO PARA O REJUNTE MEIO FIO)	TXKM	155,77	0,73	0,91	141,75
	9.25	94281	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_01/2024	M	6.400,00	62,65	77,81	497.984,00
	9.26	94282	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_01/2024	M	2.000,00	69,92	86,84	173.680,00
10				SINALIZAÇÃO					219.753,55
	10.1	5213401	SICRO-3	PINTURA DE FAIXA - TINTA BASE ACRÍLICA - ESPESSURA DE 0,6 MM	M²	2.360,00	29,37	36,48	86.092,80
	10.2	5216111	SICRO-3	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE E TRAVESSA PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA DE LEI TRATADA 8 X 8 CM	UND	100,00	134,15	166,61	16.661,00
	10.3	5213417	SICRO-3	CONFEÇÃO DE PLACA EM AÇO Nº 16 GALVANIZADO, COM PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + III	M²	25,00	433,68	538,63	13.465,75
	10.3	5213417	SICRO-3	CONFEÇÃO DE PLACA EM AÇO Nº 16 GALVANIZADO, COM PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + III	M²	25,00	433,68	538,63	13.465,75
	10.4	CPU-15	PRÓPRIA	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X20CM	UND	100,00	833,61	1.035,34	103.534,00
11				PINTURA					13.071,81
	11.1	102498	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	6.407,75	1,64	2,04	13.071,81
12				LIMPEZA FINAL DA PAVIMENTAÇÃO					38.976,00
	12.1	CPU-16	PRÓPRIA	LIMPEZA DE RUAS (VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS)	M²	44.800,00	0,70	0,87	38.976,00

Santana-AP, 30 de abril de 2026.

JACKSON PASTANA PACHECO

Engenheiro Civil – Registro Nacional CREA/PA nº 1520008783
Chefe da Divisão de Obras e Serviços Públicos / CODESAN-PMS
Decreto nº 2228/2025 – GAB.PREF/PMS

ANEXO III DO TR – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE REFERÊNCIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS RIGANDO A FUTURA E EXATUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS CILINDRADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E CACIMBAS, RESUMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADOS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA - CODESAN/PMS.

REFERENCIAL: DMT - SICRO 3 - 10-2425 SEM DES.

ROR: 22,49%

U.S.: 190,19 (USIMAF3) - SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTANA-AP
DATA: ABRIL DE 2025

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO																
META	SUBMET A	PARCELA SERVICO	SERVIÇO	VALOR	DIAS											
					30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS	240DIAS	270 DIAS	300 DIAS	330 DIAS	360 DIAS
I				17.432.121,03	1.456.102,37	1.456.407,75	1.456.407,74	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75
					0,36%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%
				17.432.121,03	1.456.102,37	1.456.407,75	1.456.407,74	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75
I					0,36%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%
				17.432.121,03	1.456.102,37	1.456.407,75	1.456.407,74	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75
					0,36%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%
	1		SERVIÇOS PRELIMINARES	273.234,35	22.765,44	22.765,44	22.765,44	22.765,44	22.765,44	22.765,44	22.765,44	22.765,44	22.765,44	22.765,44	22.765,44	22.765,44
				100,00%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%
	2		MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	4.197,22												
				100,00%												
	3		DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	4.197,22												
				100,00%												
	4		IMPLANTAÇÃO DE SEGURANÇA	7.516,89	626,95	626,95	626,95	626,95	626,95	626,95	626,95	626,95	626,95	626,95	626,95	626,95
				100,00%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%
	5		ADMINISTRAÇÃO LOCAL	403.666,79	40.666,79	40.666,79	40.666,79	40.666,79	40.666,79	40.666,79	40.666,79	40.666,79	40.666,79	40.666,79	40.666,79	40.666,79
				100,00%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%
	6		TERRAPLENAGEM	78.906,53	78.906,53	78.906,53	78.906,53	78.906,53	78.906,53	78.906,53	78.906,53	78.906,53	78.906,53	78.906,53	78.906,53	78.906,53
				100,00%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%
7		PAVIMENTAÇÃO	3.931.143,72	627.264,77	627.264,77	627.264,77	627.264,77	627.264,77	627.264,77	627.264,77	627.264,77	627.264,77	627.264,77	627.264,77	627.264,77	
			100,00%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	
8		PAVIMENTAÇÃO DE PASEIO PÚBLICO E PISO DE ACESSIBILIDADE	1.432.776,19	124.246,59	124.246,59	124.246,59	124.246,59	124.246,59	124.246,59	124.246,59	124.246,59	124.246,59	124.246,59	124.246,59	124.246,59	
			100,00%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	
9		DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	4.081.430,81	333.368,43	333.368,43	333.368,43	333.368,43	333.368,43	333.368,43	333.368,43	333.368,43	333.368,43	333.368,43	333.368,43	333.368,43	
			100,00%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	
10		IMPLANTAÇÃO	219.753,55	18.305,47	18.305,47	18.305,47	18.305,47	18.305,47	18.305,47	18.305,47	18.305,47	18.305,47	18.305,47	18.305,47	18.305,47	
			100,00%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	
11		PROTEÇÃO	1.088,88	1.088,88	1.088,88	1.088,88	1.088,88	1.088,88	1.088,88	1.088,88	1.088,88	1.088,88	1.088,88	1.088,88	1.088,88	
			100,00%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	
12		MANUTENÇÃO FINAL DA PAVIMENTAÇÃO	3.246,70	3.246,70	3.246,70	3.246,70	3.246,70	3.246,70	3.246,70	3.246,70	3.246,70	3.246,70	3.246,70	3.246,70	3.246,70	
			100,00%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	
DETERMINAÇÃO MENSAL (SEM ROR)				17.432.121,03	1.192.631,04	1.192.631,04	1.192.631,04	1.192.631,04	1.192.631,04	1.192.631,04	1.192.631,04	1.192.631,04	1.192.631,04	1.192.631,04	1.192.631,04	1.192.631,04
ROR (24,29%)				3.408.287,67	284.378,94	284.378,94	284.378,94	284.378,94	284.378,94	284.378,94	284.378,94	284.378,94	284.378,94	284.378,94	284.378,94	284.378,94
DETERMINAÇÃO MENSAL (COM ROR)				17.432.121,03	1.456.102,37	1.456.407,74	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75	1.456.407,75
TOTAL MENSAL (R)					0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%
TOTAL ACUMULADO					0,33%	0,66%	0,99%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%

Santana-AP, 30 de abril de 2026.

JACKSON PASTANA PACHECO

Engenheiro Civil – Registro Nacional CREA/PA nº 1520008783
Chefe da Divisão de Obras e Serviços Públicos / CODESAN-PMS
Decreto nº 2228/2025 – GAB.PREF/PMS



ANEXO IV DO TR – LEIS SOCIAIS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMS.

SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

DATA ORÇAMENTO: SINAPI 01/2026

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA (SEM DESONERAÇÃO)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA (%)
GRUPO A		
A1	INSS	20,00
A2	SESI	1,50
A3	SENAI	1,00
A4	INCRA	0,20
A5	SEBRAE	0,60
A6	Salário - Educação	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00
A8	FGTS	8,00
A9	SECONCI	0,00
A	Total dos Encargos Sociais Básicos	36,80
GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,98
B2	Feriados	4,80
B3	Auxílio Enfermidade	0,89
B4	13º Salário	11,01
B5	Licença Paternidade	0,07
B6	Faltas Justificadas	0,74
B7	Dias de Chuvas	2,21
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,03
B9	Férias Gozadas	10,57
B10	Salário Maternidade	0,04
B	Total de Encargos Sociais que recebem incidências de A	48,34
GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,88
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13
C3	Férias Indenizadas	4,32
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,07
C5	Indenização Adicional	0,41
C	Total dos Encargos Sociais que não recebem as incidências globais de A	11,81
GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	17,79
	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,44
D	Total das Taxas Incidências e reincidências	18,23
TOTAL(A+B+C+D)		115,18

OBS: *Grupo E deverá ser apropriado como item do custo direto

ANEXO V DO TR- BDI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA - CODESAN/PMS

REFERÊNCIA: SINAPI -03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%

LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

Declaro, para os devidos fins, que a alternativa de incidência da contribuição previdenciária sobre folha de pagamento para a planilha orçamentária do presente Projeto Básico de Engenharia foi , pois tornou-se a mais vantajosa para esta Administração Pública, uma vez que a meta estipulada alcançou uma maior área a ser beneficiada.

Em ambas planilhas orçamentárias, no cálculo do BDI adotado, foram utilizados os mesmos valores de seus componentes e, ainda, declaro que os percentuais relativos aos impostos estão de acordo com o que emanam as leis pertinentes.

Para fins de verificação do BDI em relação aos limites definidos no Acórdão 2.622/2013 do Plenário do TCU, a obra foi enquadrada como:

Ademais, informo que o percentual de BDI adotado foi obtido a partir da fórmula abaixo, seguida do memorial de cálculo do índice.

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

DESCRIÇÃO		VALORES DE REFERÊNCIA			BDI ADOTADO
		1º Quartil	Médio	2º Quartil	
Administração Central	(AC)	3,80	4,01	4,67	4,00
Seguro e Garantia (*)	(S e G)	0,32	0,40	0,74	0,40
Risco	(R)	0,50	0,56	0,97	0,56
Despesas Financeiras	(DF)	1,02	1,11	1,21	1,02
Lucro	(L)	6,64	7,30	8,69	7,00
TRIBUTOS	(T)	5,15	6,65	8,65	8,65
COFINS		3,00	3,00	3,00	3,00
PIS		0,65	0,65	0,65	0,65
ISSQN (**)		1,50	3,00	5,00	5,00
CPRB		-	-	-	-
TOTAL		19,60	20,97	24,23	24,20

ANEXO VI DO TR – CPU'S

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMS.

REFERÊNCIA: SINAPI-03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 - 10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%

LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
104893-SINAPI-MÊS-02-2024	(CPU-1) - 1.2	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRAS, FORA DA PROJEÇÃO DA LAJE, EM ALVENARIA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS.	M²			
89453	SINAPI/COMP.	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 4,5 MPA, UTILIZANDO PALHETA. AF_10/2022	M²	96,84	2,43512	235,82
88415	SINAPI/COMP.	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS. AF_03/2024	M²	3,66	1,47145	5,39
95626	SINAPI/COMP.	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LATEX ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃO. AF_03/2024	M²	16,33	1,47145	24,03
89998	SINAPI/COMP.	ARMAÇÃO DE CINTA DE ALVENARIA ESTRUTURAL; DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_03/2021	KG	10,95	0,65863	7,21
86934	SINAPI/COMP.	BANCADA DE MÁRMORE SINTÉTICO 120 X 60CM, COM CUBA INTEGRADA, INCLUSO SIFÃO TIPO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA EM PLÁSTICO CROMADO TIPO AMERICANA E TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E	UN	544,55	0,0173	9,42
91925	SINAPI/COMP.	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 15 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	4,17	1,21739	5,08
91927	SINAPI/COMP.	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	5,64	6,6775	37,66
91931	SINAPI/COMP.	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	11,83	0,58044	6,87
98294	SINAPI/COMP.	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 5E, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	M	6,50	0,2237	1,45
91937	SINAPI/COMP.	CAIXA OCTOGONAL 3" X 3", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	17,56	0,25951	4,56
89707	SINAPI/COMP.	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UN	55,65	0,0519	2,89
87879	SINAPI/COMP.	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M²	5,07	0,2346	1,19
90467	SINAPI/COMP.	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_03/2023	M	24,59	0,06522	1,60
90466	SINAPI/COMP.	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM.	M	16,30	0,15605	2,54

95811	SINAPI/COMP.	CONDULETE DE PVC, TIPO LB, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2026	UN	20,09	0,0173	0,35
105032	SINAPI/COMP.	CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO COM UTILIZAÇÃO DE BLOCOS CANALETA, ESPESSURA DE 10" CM. AF 03/2024	M	38,47	0,15916	6,12
89742	SINAPI/COMP.	CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022	UN	35,88	0,0346	1,24
93661	SINAPI/COMP.	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 07/2025	UN	57,81	0,0173	1,00
93662	SINAPI/COMP.	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 07/2025	UN	59,72	0,0173	1,03
93654	SINAPI/COMP.	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 07/2025	UN	12,04	0,0519	0,62
93671	SINAPI/COMP.	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 07/2025	UN	82,50	0,00865	0,71
91845	SINAPI/COMP.	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	9,21	1,47837	13,62
91847	SINAPI/COMP.	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	M	15,08	0,09359	1,41
91834	SINAPI/COMP.	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	M	19,67	0,6301	12,39
95727	SINAPI/COMP.	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2026	M	19,20	0,51453	9,88
95728	SINAPI/COMP.	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2026	M	21,83	0,02249	0,49
87527	SINAPI/COMP.	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MENOR QUE 5M², E ±17,5MM, COM TALISCAS. AF 03/2024	M²	42,83	0,2346	10,05
97101	SINAPI/COMP.	EXECUÇÃO DE RADIER, ESPESSURA DE 10 CM, FCK = 30 MPA, COM USO DE FORMAS EM MADEIRA SERRADA.	M²	245,15	1	245,15
101908	SINAPI/COMP.	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 4 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2026 PE	UN	425,17	0,0346	14,71
92556	SINAPI/COMP.	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 4 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSIVE ACABAMENTO. AF 10/2025	UN	1.093,02	0,1038	113,46
91304	SINAPI/COMP.	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO POPULAR, INCLUSIVE EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2025	UN	126,03	0,0346	4,36
91307	SINAPI/COMP.	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO POPULAR, INCLUSIVE EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2025	UN	106,63	0,0692	7,38
96486	SINAPI/COMP.	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF 08/2023 PS	M²	84,24	1	84,24
88485	SINAPI/COMP.	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF 04/2023	M²	3,44	3,39878	11,69
89995	SINAPI/COMP.	GRAUTEAMENTO DE CINTA SUPERIOR OU DE VERGA EM ALVENARIA ESTRUTURAL. AF 09/2021	M²	1.375,24	0,02241	30,82
92029	SINAPI/COMP.	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	UN	63,07	0,0173	1,09
91955	SINAPI/COMP.	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	UN	39,96	0,0519	2,07

92023	SINAPI/COMP.	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	UN	55,97	0,0519	2,90
91953	SINAPI/COMP.	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	UN	32,91	0,0519	1,71
94570	SINAPI/COMP.	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUIDOS), BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 100X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2024	M²	347,76	0,0692	24,06
94569	SINAPI/COMP.	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, BATENTE/ REQUADRO 3 A 14 CM, VIDRO INCLUSO, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 60X80 (A X L) CM, SEM ACABAMENTO, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2022	M²	657,16	0,02491	16,37
89726	SINAPI/COMP.	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022	UN	10,09	0,0519	0,52
89732	SINAPI/COMP.	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022	UN	15,83	0,0519	0,82
89363	SINAPI/COMP.	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 06/2022	UN	10,26	0,0173	0,18
89724	SINAPI/COMP.	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022	UN	9,91	0,0692	0,69
89731	SINAPI/COMP.	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022	UN	15,26	0,1038	1,58
89866	SINAPI/COMP.	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2022	UN	7,38	0,0173	0,13
89362	SINAPI/COMP.	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 06/2022	UN	9,50	0,22491	2,14
104345	SINAPI/COMP.	JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022	UN	40,91	0,0346	1,42
104350	SINAPI/COMP.	JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRIMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF 08/2022	UN	28,85	0,0173	0,50
89785	SINAPI/COMP.	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022	UN	25,89	0,0173	0,45
95240	SINAPI/COMP.	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 3 CM. AF 01/2024	M²	26,38	1	26,38
86943	SINAPI/COMP.	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 40 X 30" CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30 CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	322,60	0,0346	11,16
97599	SINAPI/COMP.	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	21,34	0,0346	0,74
103782	SINAPI/COMP.	LUMINÁRIA TIPO PLAFON CIRCULAR, DE SOBREPOR, COM LED DE 12W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	30,94	0,1557	4,82

104641	SINAPI/COMP.	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M²	9,68	3,39878	32,90
90821	SINAPI/COMP.	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCIA (LEVE OU MÉDIA), 70X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUIDO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	349,49	0,0346	12,09
90822	SINAPI/COMP.	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCIA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUIDO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	376,14	0,0692	26,03
101883	SINAPI/COMP.	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	569,85	0,00865	4,93
91222	SINAPI/COMP.	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_09/2023	M	8,72	0,06522	0,57
90443	SINAPI/COMP.	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	7,85	0,15605	1,22
94792	SINAPI/COMP.	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2021	UN	122,12	0,0692	8,45
87267	SINAPI/COMP.	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES.	M²	78,85	0,2346	18,50
104599	SINAPI/COMP.	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM DIAGONAL EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_02/2023. PE	M²	98,98	0,11833	11,71
89400	SINAPI/COMP.	TE DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	19,80	0,0173	0,34
89784	SINAPI/COMP.	TE, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO	UN	24,05	0,0865	2,08
89869	SINAPI/COMP.	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2022	UN	10,27	0,0173	0,18
89395	SINAPI/COMP.	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	13,12	0,0692	0,91
94210	SINAPI/COMP.	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS INCLUIDO	M²	44,69	1,40795	62,92
104351	SINAPI/COMP.	TERMINAL DE VENTILAÇÃO, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	UN	19,16	0,0173	0,33
92000	SINAPI/COMP.	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	34,64	0,19031	6,59
92001	SINAPI/COMP.	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	37,38	0,0692	2,59
98307	SINAPI/COMP.	TOMADA DE REDE RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	UN	64,84	0,0519	3,37
91997	SINAPI/COMP.	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	41,28	0,0173	0,71
92005	SINAPI/COMP.	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	67,13	0,0173	1,16
92543	SINAPI/COMP.	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUIDO TRANSPORTE VERTICAL.	M²	21,01	1,40795	29,58

92543	SINAPI/COMP.	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL	M²	21,01	1,40795	29,58
89714	SINAPI/COMP.	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	M	34,57	0,03235	1,12
89711	SINAPI/COMP.	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	M	20,05	0,03944	0,79
89712	SINAPI/COMP.	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	M	24,82	0,15657	3,89
89799	SINAPI/COMP.	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_ 08/2022	M	19,27	0,05086	0,98
89865	SINAPI/COMP.	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AP-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 08/2022	M	17,08	0,03979	0,68
89356	SINAPI/COMP.	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	M	23,45	0,19602	4,60
89357	SINAPI/COMP.	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	M	32,09	0,0173	0,56
86931	SINAPI/COMP.	BACIA SANITÁRIA COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40 CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	463,33	0,0346	16,03
105026	SINAPI/COMP.	VERGA MOLDADA IN LOCO COM UTILIZAÇÃO DE BLOCOS CANALETA, ESPESSURA DE 10" CM. AF_ 03/2024	M	46,66	0,09342	4,36
105026	SINAPI/COMP.	VERGA MOLDADA IN LOCO COM UTILIZAÇÃO DE BLOCOS CANALETA, ESPESSURA DE 10" CM. AF_ 03/2024	M	46,66	0,15916	7,43
		MATERIAL	:	0,00	0%	
		MÃO DE OBRA E MATERIAL	:	1.283,76	100%	
		EQUIPAMENTO	:	0,00	0%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	1.283,76	100%	

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMS.

REFERÊNCIA: SINAPI -03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%

LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
93584-SINAP-MES-12-2023	(CPU-2)- 1.3	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_04/2016	M²			
98445	SINAPI/COMP.	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M², COM VÃO. AF_03/2024	M²	124,33	0,0417	5,18
91324	SINAPI/COMP.	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	3,41	0,6755	2,30
95805	SINAPI/COMP.	CONDULETE DE PVC, TIPO B, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2026	M	23,53	0,1325	3,12
93358	SINAPI/COMP.	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	M³	84,33	0,0404	3,41
91170	SINAPI/COMP.	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC ÁGUA, PVC ESGOTO, PVC ÁGUA PLUVIAL, CPVC, PPR, COBRE OU AÇO, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM, COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO U PERFIL 1 1/4". FIXADA	M	11,35	0,1325	1,50
91173	SINAPI/COMP.	FIXAÇÃO DE TUBOS VERTICAIS DE PVC ÁGUA, PVC ESGOTO, PVC ÁGUA PLUVIAL, CPVC, PPR, COBRE OU AÇO, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM, COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO U PERFIL 1 1/4". FIXADA EM PERFILADO EM PAREDE. AF_03/2023. PS.	M	4,24	0,1722	0,73
92023	SINAPI/COMP.	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	55,97	0,0662	3,71
95240	SINAPI/COMP.	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 3 CM. AF_01/2024	M²	26,38	0,0093	0,25
95241	SINAPI/COMP.	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	UN	51,61	1,511	77,98
103782	SINAPI/COMP.	LUMINÁRIA TIPO PLAFON CIRCULAR, DE SOBREPOR, COM LED DE 12/13 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	M²	30,94	0,0662	2,05

98445	SINAPI/COMP.	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M², COM VÃO. AF_03/2024	M'	124,33	0,8023	99,75
98441	SINAPI/COMP.	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, SEM VÃO. AF_03/2024	M'	106,68	0,5136	54,79
98446	SINAPI/COMP.	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6 M², COM VÃO. AF_03/2024	M'	156,19	0,6255	97,70
98441	SINAPI/COMP.	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, SEM VÃO. AF_03/2024	M'	106,68	0,5311	63,06
93382	SINAPI/COMP.	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M'	27,43	0,0106	0,29
COMPOSIÇÃO AUXILIAR	SINAPI/COMP.	TELHAMENTO COM TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA ESP = 4MM	M'	31,38	1,7192	53,95
92543	SINAPI/COMP.	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_10/2025	UN	21,01	1,7192	36,12
11455	SINAPI/INSUMO.	FERROLHO COM FECHO / TRINCO REDONDO, EM AÇO GALVANIZADO / ZINCO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 8" E ESPESSURA MÍNIMA DA CHAPA DE 1,50 MM	UN	16,71	0,0662	1,11
MATERIAL			:	507,00	100%	
MÃO DE OBRA			:	0	0%	
EQUIPAMENTO			:	0	0%	
TOTAL COMPOSIÇÃO			:	507,00	100%	
COMPOSIÇÃO AUXILIAR						
CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO UNIT	CUSTO TOTAL
234-ORSE-MÊS-02-2026		TELHAMENTO COM TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA ESP = 4MM	M'			
88323	SINAPI/COMP.	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,22	26,7	5,87
88316	SINAPI/COMP.	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,22	21,32	4,69
1607	SINAPI/INSUMO	CONJUNTO ARRUELAS DE VEDACAO 5/16" PARA TELHA FIBROCIMENTO (UMA ARRUELA METALICA E UMA ARRUELA PVC - CONICAS)	CJ	1,42	0,38	0,54
4299	SINAPI/INSUMO	PARAFUSO ZINCADO ROSCA SOBERBA, CABECA SEXTAVADA, 5/16" X 110 MM, PARA FIXACAO DE TELHA EM MADEIRAX 250 MM, PARA FIXACAO DE TELHA EM MADEIRA	UND	1,42	2,00	2,84
7213	SINAPI/INSUMO	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 4 MM, DE 2,44 X 0,50 M (SEM AMIANTO)	M'	1,17	14,91	17,44
MATERIAL			:	20,82	66%	
MÃO DE OBRA			:	10,56	34%	
EQUIPAMENTO			:	0	0%	
TOTAL COMPOSIÇÃO			:	31,38	100%	

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA - CODESAN/PMs.

REFERÊNCIA: SINAPI - 03-2026 SEM DES.
REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 - 10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%.

LS: 115,18% (SINAPI) - SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

ITEM 2 (CPU-3) MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MACAPÁ ATÉ O MUNICÍPIO DE SANTANA AP) - 23,70KM (RODOVIA PAVIMENTADA)

CÓDIGO	EQUIPAMENTO	ORIGEM	DESTINO	DISTÂNCIA (DM)	VELOCIDADE (V)	FATOR DE UTILIZAÇÃO (FU)	QUANT.	NÚMERO DE (KJ) (IDA)	PREÇO DO TRANSPOR (CH)	PREÇO TOTAL Cmob	VEÍCULO DE TRANSPORTE
1	Equipamentos de grande porte										
E9511	Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	1,0	1	2,00	428,62	507,9147	(E9665)-Cavalo mecânico com semi-reboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9515	Escavadeira hidráulica sobre esteira com capacidade de 156m³-118kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	1,0	1	2,00	428,62	507,9147	(E9665)-Cavalo mecânico com semi-reboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9524	Motoneveladora - 93 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	1,0	1	2,00	428,62	507,9147	(E9665)-Cavalo mecânico com semi-reboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9685	Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido de 11,6 t - 82 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	0,5	1	2,00	428,62	253,9574	(E9665)-Cavalo mecânico com semi-reboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9577	Trator agrícola - 77 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	0,5	1	2,00	428,62	253,9574	(E9665)-Cavalo mecânico com semi-reboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9530	Rolo compactador liso autopropelido vibratório de 11 t - 97 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	0,5	1	2,00	428,62	253,9574	(E9665)-Cavalo mecânico com semi-reboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9762	Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 95 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	0,5	1	2,00	428,62	253,9574	(E9665)-Cavalo mecânico com semi-reboque com capacidade de 22 t - 240 kW
SUB-TOTAL-1										2.539,57	

2 Veículos de Produção (ida e volta)

89882951 NAPIME S 01-2026	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG, POTÊNCIA 330 CV, INCLUSIVE SEMPREBOQUE COM CAÇAMBA METÁLICA - MATERIAIS NA OPERAÇÃO, AC - 10/2014	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	1,0	3	1,00	220,32	391,6188	Cond. por conta própria
E9571	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	1,0	1	1,00	362,81	214,9649	Cond. por conta própria
E9592	Caminhão carroceria com capacidade de 15 t - 188 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	1,0	1	1,00	284,95	168,8329	Cond. por conta própria
SUB-TOTAL-2										775,42	
SUB-TOTAL GERAL-1										3.314,99	

FONTE: NOVO SICRO - VOLUME 09 - MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

K-representa o fator relacionado à necessidade de retorno do veículo a sua origem;

$$C_{Mob} = \left[\frac{DM \cdot K \cdot X \cdot F \cdot U}{V} \right] \cdot X \cdot C \cdot H$$

Cmob- representa o custo de mobilização;

DM- representa a distância de mobilização, em quilômetros (km) ou em milhas náuticas (mi);

K- representa o fator relacionado à necessidade de retorno do veículo a sua origem;

FU- representa o fator de utilização do veículo transportador;

V- representa a velocidade média de transporte, em km/h ou nós;

CH- representa o custo horário do veículo transportador.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA - CODESAN/PMs.

REFERÊNCIA: SINAPI - 03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 - 10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%.

LS: 115,18% (SINAPI) - SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

ITEM 3 (CPU-4) DESMOBILIZAÇÃO EQUIPAMENTOS (MACAPÁ ATÉ O MUNICÍPIO DE SANTANA AP) - 23,70KM (RODOVIA PAVIMENTADA)

CÓDIGO	EQUIPAMENTO	ORIGEM	DESTINO	DISTÂNCIA (DM)	VELOCIDADE (V)	FATOR DE UTILIZAÇÃO (FU)	QUANT.	NÚMERO DE (KJ) (VOLTA)	PREÇO DO TRANSPOR (CH)	PREÇO TOTAL Cmob	VEÍCULO DE TRANSPORTE
1	Equipamentos de grande porte										
E9511	Carregadeira de pneus com capacidade de 3,40 m³ - 195 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	1,0	1	2,00	428,62	507,9147	(E9665)-Cavalo mecânico com semi-reboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9515	Escavadeira hidráulica sobre esteira com capacidade de 156m³-118kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	1,0	1	2,00	428,62	507,9147	(E9665)-Cavalo mecânico com semi-reboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9524	Motoneveladora - 93 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	1,0	1	2,00	428,62	507,9147	(E9665)-Cavalo mecânico com semi-reboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9685	Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido de 11,6 t - 82 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	0,5	1	2,00	428,62	253,9574	(E9665)-Cavalo mecânico com semi-reboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9577	Trator agrícola - 77 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	0,5	1	2,00	428,62	253,9574	(E9665)-Cavalo mecânico com semi-reboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9530	Rolo compactador liso autopropelido vibratório de 11 t - 97 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	0,5	1	2,00	428,62	253,9574	(E9665)-Cavalo mecânico com semi-reboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9762	Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 95 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	0,5	1	2,00	428,62	253,9574	(E9665)-Cavalo mecânico com semi-reboque com capacidade de 22 t - 240 kW
SUB-TOTAL-1										2.539,57	

2 Veículos de Produção (ida e volta)

89882951 apimms 09-2024	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG, POTÊNCIA 330 CV, INCLUSIVE SEMPREBOQUE COM CAÇAMBA METÁLICA - MATERIAIS NA OPERAÇÃO, AC - 10/2014	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	1,0	3	1,00	220,32	391,6188	Cond. por conta própria
E9571	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	1,0	1	1,00	362,81	214,9649	Cond. por conta própria
E9592	Caminhão carroceria com capacidade de 15 t - 188 kW	raio de 23,70k	santana	23,70	40,00	1,0	1	1,00	284,95	168,8329	Cond. por conta própria
SUB-TOTAL-2										775,42	
SUB-TOTAL GERAL-1										3.314,99	

FONTE: NOVO SICRO - VOLUME 09 - MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

K-representa o fator relacionado à necessidade de retorno do veículo a sua origem;

$$C_{Mob} = \left[\frac{DM \cdot K \cdot X \cdot F \cdot U}{V} \right] \cdot X \cdot C \cdot H$$

Cmob- representa o custo de mobilização;

DM- representa a distância de mobilização, em quilômetros (km) ou em milhas náuticas (mi);

K- representa o fator relacionado à necessidade de retorno do veículo a sua origem;

FU- representa o fator de utilização do veículo transportador;

V- representa a velocidade média de transporte, em km/h ou nós;

CH- representa o custo horário do veículo transportador.



OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA - CODESAN/PMS.

REFERÊNCIA: SINAPI -03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%

LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO

CPU -5	ITEM -5.1-ADMINISTRAÇÃO LOCAL	MÊS	QUANT.	P.UNIT	P. TOTAL
93565	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	23.942,93	287.315,16
93572	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	5.176,02	62.112,24
101460	VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	3.638,75	43.665,00
PREÇO (mão-de-obra + L. SOCIAIS):					393.092,40
PREÇO (material):					0,00
PREÇO TOTAL (unit.):					393.092,40
QUANTIDADE:					1,00
PREÇO TOTAL:					393.092,40

Segundo o Acórdão nº 2622/2013 - TCU, ficou determinado no item 9.2.2, o seguinte:

"9.2.2. na verificação da adequabilidade das planilhas orçamentárias das obras públicas, utilizar como referência do impacto esperado para os itens associados à administração local no valor total do orçamento, os seguintes valores percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos:"

inserido no Custo Direto:	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,98%	6,99%	10,68%

DEMONSTRATIVO:

VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO SEM ADMINISTRAÇÃO LOCAL	14.083.833,36
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	393.092,40
PRAZO DA OBRA	12,00
TOTAL ADMINISTRAÇÃO LOCAL	393.092,40

PORCENTAGEM DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO	2,79%
---	-------

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMS.

REFERÊNCIA: SINAPI -03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%

LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
78472 /SINAPI/MÊS- 01-2020	CPU-6 - 6.1	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M²			
88253	SINAPI/COMP.	AUXILIAR DE TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	15,07	0,0025	0,037675
88288	SINAPI/COMP.	NIVELADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,89	0,0025	0,054725
88316	SINAPI/COMP.	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,32	0,0075	0,1599
90775	SINAPI/COMP.	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,14	0,002	0,04228
92145	SINAPI/COMP.	CAMINHONETE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CÂMBIO MANUAL, POTÊNCIA 101/104 CV, 2 PORTAS - CHP DIURNO. AF_11/2015	CHP	78,91	0,001	0,07891
4509	SINAPI/INSUMO	SARRAFO *2,5 X 10* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	5,1	0,002886	0,0147186
		MATERIAL	:	0,01	3%	
		MÃO DE OBRA	:	0,29	76%	
		EQUIPAMENTO	:	0,08	21%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	0,38	100%	

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMS.

REFERÊNCIA: SINAPI -03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%

LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	VALOR UNIT.	CUSTO TOTAL
79473/SINAPI/MÊS- 05-2018	CPU-7 - 6.5	CORTE E ATERRO COMPENSADO	M³			
5847	SINAPI/COMP.	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 170 HP, PESO OPERACIONAL 19 T, CAÇAMBA 5,2 M3 - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,0304	295,8	8,99
		MATERIAL	:	0,00	0%	
		MÃO DE OBRA	:	0,00	0%	
		EQUIPAMENTO	:	8,99	100%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	8,99	100%	

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMS.

REFERÊNCIA: SINAPI -03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%

LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
79473/SINAPI/MÊS- 05-2018	CPU-8 - 7.10	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M²			
88260	SINAPI/COMP.	CALCETEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	25,21	0,1683	4,24
88316	SINAPI/COMP.	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,32	0,1683	3,59
91277	SINAPI/COMP.	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA 5,5 CV - CHP DIURNO. AF_08/2015	CHP	10,91	0,0055	0,06
91278	SINAPI/COMP.	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA 5,5 CV - CHI DIURNO. AF_08/2015	CHI	0,72	0,0787	0,06
91283	SINAPI/COMP.	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIÂMETRO DE 350 MM, FURO DE 1" (14 X 1") - CHP DIURNO. AF_08/2015	CHP	10,44	0,0038	0,04
91285	SINAPI/COMP.	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIÂMETRO DE 350 MM, FURO DE 1" (14 X 1") - CHI DIURNO. AF_08/2015	CHI	0,44	0,0804	0,04
00000370	SINAPI/INSUMO	AREIA MÉDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	150,00	0,0568	8,52
712	SINAPI/INSUMO	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO / HEXAGONAL, *25 X 25* CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA, COR NATURAL	M²	114	1,0038	114,43
4741	SINAPI/INSUMO	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M³	281,90	0,0066	1,86
		MATERIAL	:	124,81	93,96%	
		MÃO DE OBRA	:	7,83	5,89%	
		EQUIPAMENTO	:	0,20	0,15%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	132,84	100%	

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMS.

REFERÊNCIA: SINAPI -03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%

LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
94971 /SINAPI/MÊS- 09-2024	CPU-9 - 7.14	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M³			
88316	SINAPI/COMP.	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,32	1,9792	42,20
88377	SINAPI/COMP.	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	19,69	1,2501	24,61
89225	SINAPI/COMP.	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4 CV, SEM CARREGADOR - CHP DIURNO. AF_05/2023	CHP	6,01	0,6434	3,87
89226	SINAPI/COMP.	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4 CV, SEM CARREGADOR - CHI DIURNO. AF_05/2023	CHI	1,81	0,6067	1,10
00000370	SINAPI/INSUMO	AREIA MÉDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	150,00	0,7275	109,13
1379	SINAPI/INSUMO	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	1,14	364,9433	416,04
4721	SINAPI/INSUMO	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m³	281,9	0,5972	168,35
		MATERIAL	:	693,52	91%	
		MÃO DE OBRA	:	66,81	9%	
		EQUIPAMENTO	:	4,97	1%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	765,30	101%	

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMS.

REFERÊNCIA: SINAPI -03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%

LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
96620 /SINAPI/MÊS-09-2024	CPU-10 - 8.2/8.18	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERES. AF_08/2017	M²			
88309	SINAPVCOMP.	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27,58	5,437	149,95
88316	SINAPVCOMP.	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,32	1,483	31,62
94968	SINAPVCOMP.	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M³	608,72	1,13	687,85
		MATERIAL	:	687,85	79%	
		MÃO DE OBRA	:	181,57	21%	
		EQUIPAMENTO	:	0,00	0%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	869,42	100%	
CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PREÇO UNIT	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
94968 /SINAPI/MÊS-09-2024	CPU-1 - 8.35	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M³			
88316	SINAPVCOMP.	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,32	2,1058	44,90
88377	SINAPVCOMP.	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	19,69	1,3315	26,22
89225	SINAPVCOMP.	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4 CV, SEM CARREGADOR - CHP DIURNO. AF_05/2023	CHP	6,01	0,6853	4,12
89226	SINAPVCOMP.	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4 CV, SEM CARREGADOR - CHI DIURNO. AF_05/2023	CHI	1,81	0,6462	1,17
00000370	SINAPVINSUMO	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	150	0,8325	124,88
1379	SINAPVINSUMO	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	1,14	213,4531	243,34
4721	SINAPVINSUMO	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m³	281,9	0,5821	164,09
		MATERIAL	:	532,31	87,45%	
		MÃO DE OBRA	:	71,12	11,68%	
		EQUIPAMENTO	:	5,29	0,87%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	608,72	100%	

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMS.

REFERÊNCIA: SINAPI -03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%

LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
103336-SINAPI-09/2024	CPU-11 - 8.10	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO APARENTE DE 3X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF. 12/2021	M²			
87232	SINAPI/COMP.	ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF. 08/2019	M²	715,98	0,0087	6,23
88309	SINAPI/COMP.	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27,58	0,95	26,20
88316	SINAPI/COMP.	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,32	0,475	10,13
34599	SINAPI/COMP.	BLOCO DE VEDAÇÃO CONCRETO APARENTE 9 X 19 X 39 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UN	3,57	13,6	48,55
37395	SINAPI/INSUMO	PINO DE AÇO COM FURO, HASTE = 27 MM (AÇO DIRETA)	CENTO	41,93	0,005	0,21
		COMPOSIÇÃO AUXILIAR	:	6,23	7%	
		MATERIAL	:	48,76	53%	
		MÃO DE OBRA	:	36,33	40%	
		EQUIPAMENTO	:	0,00	0%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	91,32	100%	

CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
103336-SINAPI-09/2024		ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L.	M²			
88377	SINAPI/COMP.	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	19,69	4,5	88,61
88830	SINAPI/COMP.	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHP DIURNO. AF. 05/2023	CHP	2,13	1,05	2,24
88831	SINAPI/COMP.	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHI DIURNO. AF. 05/2023	CHI	0,44	3,45	1,52
00000370	SINAPI/INSUMO	AREIA MÉDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	150,00	1,16	174,00
1106	SINAPI/INSUMO	CAL HIDRATADA CH-I PARA ARGAMASSAS	KG	1,30	174,1	226,33
1379	SINAPI/INSUMO	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	1,14	195,86	223,28
		MATERIAL	:	623,61	87%	
		MÃO DE OBRA	:	88,61	12%	
		EQUIPAMENTO	:	3,76	1%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	715,98	100%	

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMS.

REFERÊNCIA: SINAPI -03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%

LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
7324-ORSE-02-2026	CPU-12 -8.14	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF. 10/2022	M²			
88260	SINAPI/COMP.	CALCETEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	25,21	0,3725	9,39
88316	SINAPI/COMP.	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,32	0,3725	7,94
91277	SINAPI/COMP.	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA 5,5 CV - CHP DIURNO. AF. 08/2015	CHP	10,91	0,0041	0,04
91278	SINAPI/COMP.	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA 5,5 CV - CHI DIURNO. AF. 08/2015	CHI	0,72	0,1821	0,13
91283	SINAPI/COMP.	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIÂMETRO DE 350 MM, FURO DE 1" (14 X 1") - CHP DIURNO. AF. 08/2015	CHP	10,44	0,0431	0,51
91285	SINAPI/COMP.	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIÂMETRO DE 350 MM, FURO DE 1" (14 X 1") - CHI DIURNO. AF. 08/2015	CHI	0,44	0,1371	0,06
00000370	SINAPI/INSUMO	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	150,00	0,0568	8,52
4741	SINAPI/INSUMO	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M³	281,90	0,0098	2,76
36155	SINAPI/INSUMO	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TUOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARA LELEPIEDO, *20 X 10* CM, E = 6 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA, COR NATURAL	M²	83,30	1,03	85,80
		MATERIAL	:	97,08	84%	
		MÃO DE OBRA	:	17,33	15%	
		EQUIPAMENTO	:	0,74	1%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	115,15	100%	

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMS.

REFERÊNCIA: SINAPI -03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%

LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
7324-ORSE-02-2026	CPU-13 -8.22	PISO TATIL ALERTA E DIRECIONAL EM CONCRETO, 20 X 20 CM, E= 2,0 CM, COR NATURAL	M²			
88309	SINAPI/COMP.	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27,58	0,5000000	13,79
88316	SINAPI/COMP.	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,32	1,2000000	25,58
34353	SINAPI/INSUMO	ARGAMASSA COLANTE AC II	KG	2,04	4,0000000	8,16
34357	SINAPI/INSUMO	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	6,45	0,6240000	4,02
38138	SINAPI/INSUMO	LADRILHO HIDRAULICO, *30 X 30* CM, E= 2 CM, PADRAO DADOS, COR NATURAL	M²	138,84	1,0500000	145,78
102491	SINAPI/COMP.	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRILICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF. 05/2021	M²	21,28	1,0000000	21,28
		MATERIAL	:	157,96	72%	
		MÃO DE OBRA	:	39,37	18%	
		MÃO DE OBRA E MATERIAL	:	21,28	10%	
		EQUIPAMENTO	:	0,00	0%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	218,61	100%	

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMS.						
REFERÊNCIA: SINAPI -03-2026 SEM DES.						
REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.						
BDI: 22,00%						
LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.						
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP						
DATA: ABRIL DE 2026						
CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
101622-SINAPI/MÉS-09-2024	(CPU-14) - 9.7	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF 08/2020	M²			
5678	SINAPI/COMP.	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP DIURNO. AF 06/2014	A	148,24	0,1037	15,37
5679	SINAPI/COMP.	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHI DIURNO. AF 06/2014	CHI	60,32	0,5187	31,29
88309	SINAPI/COMP.	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27,58	0,747	20,60
88316	SINAPI/COMP.	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,32	1,1204	23,89
91533	SINAPI/COMP.	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - CHP DIURNO. AF 08/2015	CHP	44,94	0,0718	3,23
91534	SINAPI/COMP.	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - CHI DIURNO. AF 08/2015	CHI	37,11	0,0666	2,47
00000370	SINAPI/INSUMO	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	150,00	1,1	165,00
		MATERIAL	:	165,00	63%	
		MÃO DE OBRA	:	44,49	17%	
		EQUIPAMENTO	:	52,36	20%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	261,85	100%	
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMS.						
REFERÊNCIA: SINAPI -03-2026 SEM DES.						
REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.						
BDI: 22,00%						
LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.						
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP						
DATA: ABRIL DE 2026						
CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
4526-ORSE/MÉS-07-2024	(CPU-15) - 10.4	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X20CM	UND			
88316	SINAPI/COMP.	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,32	0,2000000	4,26
88309	SINAPI/COMP.	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27,58	0,2000000	5,52
13521	SINAPI/INSUMO	PLACA DE AÇO ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUA, 45 CM X 20 CM	UND	142,56	2,0000000	285,12
799	799/ORSE/COMP. AUXILIAR	POSTE EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, PESADO, D=2" (50MM), ALTURA ÚTIL=2,50M, ALTURA TOTAL=3,20M	UND	538,71	1,0000000	538,71
		MÃO DE OBRA	:	9,78	1,17%	
		MATERIAL	:	823,83	98,83%	
		EQUIPAMENTO	:	0,00	0,00%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	833,61	100%	

CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
799-ORSE/MÊS-07-2024	CPU-15	POSTE EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, PESADO, D=2" (50MM), ALTURA ÚTIL=2,50M, ALTURA TOTAL=3,20M	UND			
88316	SINAPI/COMP.	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,32	1,5000000	31,98
88309	SINAPI/COMP.	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27,58	1,5000000	41,37
93358	SINAPI/COMP.	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	M³	84,33	0,2800000	23,61
94969	SINAPI/COMP. AUXILIAR	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3:4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M³	671,00	0,2800000	187,88
74157/4	SINAPI-MÊS -01-2020/COMP. AUXILIAR	LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE CONCRETO EM FUNDACOES	M³	141,90	0,2800000	39,73
21013	SINAPI/INSUMO	TUBO AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 50 MM (2"), E = 3,00 MM, *4,40* KG/M (NBR 5580)	M³	66,92	3,2000000	214,14
		MÃO DE OBRA	:	113,08	20,99%	
		MATERIAL	:	214,14	39,75%	
		MATERIAL + MÃO DE OBRA	:	211,49	39,26%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	538,71	100%	
COMPOSIÇÃO AUXILIAR						
CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
74157/4-SINAPI - MÊS -01-2019	CPU-15	LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE CONCRETO EM FUNDACOES	M³			
88309	SINAPI/COMP.	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27,58	1,6500000	45,51
88316	SINAPI/COMP.	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,32	4,5000000	95,94
90586	SINAPI/COMP.	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	1,49	0,3000000	0,45
		MATERIAL	:	0,00	0%	
		MÃO DE OBRA	:	141,45	100%	
		EQUIPAMENTO	:	0,45	0%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	141,90	100%	
CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
94969-SINAPI -MÊS -09-2023		CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3:4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M³			
88316	SINAPI/COMP.	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,32	2,0267	43,21
88377	SINAPI/COMP.	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	19,69	1,2822	25,25
89225	SINAPI/COMP.	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4 CV, SEM CARREGADOR - CHP DIURNO. AF_05/2023	CHP	6,01	0,6599	3,97
89226	SINAPI/COMP.	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4 CV, SEM CARREGADOR - CHI DIURNO. AF_05/2023	CHI	1,81	0,6223	1,13
00000370	SINAPI/INSUMO	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	150,00	0,8076	121,14
1379	INSUMO/COMP.	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	1,14	274,0635	312,43
4721	SINAPI/INSUMO	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m³	281,90	0,5813	163,87
		MATERIAL	:	597,44	89%	
		MÃO DE OBRA	:	68,46	10%	
		EQUIPAMENTO	:	5,10	1%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	671,00	100%	

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PROFUNDA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA – CODESAN/PMS.

REFERÊNCIA: SINAPI -03-2026 SEM DES.

REFERÊNCIA: DNIT - SICRO 3 -10-2025 SEM DES.

BDI: 22,00%

LS: 115,18%(SINAPI) -SEM DES.

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DESANTANA-AP

DATA: ABRIL DE 2026

CÓDIGO DA FONTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	COEFICIENTE	CUSTO TOTAL
06191/ORSE/MÊS 07-2024	(CPU-16) - 12.1	LIMPEZA DE RUAS (VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS)	M²			
88316	SINAPI/COMP.	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,32	0,0278000	0,59
95878	SINAPI/COMP.	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	1,79	0,0626000	0,11
		MATERIAL	:	0,00	0%	
		MÃO DE OBRA	:	0,59	84%	
		EQUIPAMENTO	:	0,11	16%	
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	0,70	103%	

**ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA
COMERCIAL**

Companhia de Desenvolvimento de
Santana/CODESAN Comissão de compras
Rua Pedro Salvador Diniz nº 341
Bairro centro, Santana/AP

**CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 0xx/2026-
CC/CODESAN/PMS PROCESSO N.º XX/2026-CODESAN**

1 - OBJETO: Registro de Preços, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução de obras de pavimentação em blocos sextavados, compreendendo a implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas, bem como a construção de calçadas em vias urbanas, com execução sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas, no Município de Santana/AP, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, as quantidades estimadas, a disponibilidade orçamentária anual e a priorização definida pela Administração, não gerando para a Administração obrigação de contratação de quantitativos mínimos, tampouco direito subjetivo do fornecedor à emissão de ordens de serviço.

2 – PREÇOS:**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CONFORME ANEXO II DO
TERMO DE REFERENCIA**

Meta	Submeta	Macro serviço	Serviço	Referência	Base	Descrição	Und	Quant.	Preço Unit	Preço com BDI	Preço total com BDI
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

3 - CONDIÇÃO DOS PREÇOS PROPOSTOS:

3.1 - Os preços dos serviços, estão expressos em moeda corrente nacional, o “Real”, com duas casas decimais após a vírgula, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

3.2 - Nos preços dos serviços, bem como todos os custos diretos e indiretos, encargos e demais despesas de qualquer natureza, relacionadas com o objeto da presente licitação, observada a legislação vigente.

4 - CONDIÇÕES GERAIS DA ENTREGA DO OBJETO:

4.1 - Declaramos estar cientes de todas as condições do presente edital, bem como dos seus anexos, e nos comprometemos a executar os serviços na conformidade e prazos estabelecidos.

5 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1 - Estamos cientes de que os pagamentos se processarão mensalmente, por ordem bancária, no 5º (quinto) dia, a contar da data de emissão do Termo de Aceite relativo ao período de execução dos serviços, nos termos do presente Edital.

6 - DADOS BANCÁRIOS

6.1 - A proponente possui conta corrente nº....., na Agência nº no Banco _____ S.A.

7 - REPRESENTAÇÃO LEGAL

7.1 - Informamos que o Sr., RG nº, CPF nº,(cargo) ,
é representante legal da empresa, nos termos da Cláusula..... do Contrato Social, podendo firmar contrato com
a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTANA - CODESAN (quando o representante legal for
sócio, diretor ou gerente)

8 - DECLARAÇÕES EXTRAS

8.1 - Declaramos aceitar todas as condições da presente Concorrência, comprometendo-nos a cumprir fielmente
suas especificações e disposições, bem como nos sujeitar integralmente às disposições legais que regem as normas
gerais sobre licitações e contratos no âmbito do Poder Público, ao qual nos sujeitamos em todos os seus termos.

9 - VALIDADE DA PROPOSTA:

9.1 - A presente Proposta é válida pelo prazo de dias (mínimo 60 dias), a partir desta data.

Santana-AP, de..... de 2026.

- CARIMBO DA EMPRESA,
- NOME E CARGO DA PESSOA QUE ASSINA

**Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não
possuir papel timbrado, deverá fazer sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do
CNPJ, endereço e telefone e e-mail.**

ANEXO IV DO EDITAL – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTANA– CODESAN – PMS, com sede Na Rua Pedro Salvador Diniz, 341, na cidade de Santana, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 59.212.232/0001-56, neste ato representada pelo seu presidente Luiz José dos Santos Monteiro, nomeado pelo Decreto nº 1.212/2025 – GAB.PREF/PMS, publicada no Diário Oficial Municipal nº 2046/2025, portador da matrícula funcional nº 811690-1, considerando o julgamento da licitação na MODALIDADE CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nºxxxx, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas em xxxx e no Diário Oficial Municipal em xxxx, processo administrativo n.º xxxxx- Codesan/PMS, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preços, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução de obras de pavimentação em blocos sextavados, compreendendo a implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas, bem como a construção de calçadas em vias urbanas, com execução sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas, no Município de Santana/AP, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, as quantidades estimadas, a disponibilidade orçamentária anual e a priorização definida pela Administração, não gerando para a Administração obrigação de contratação de quantitativos mínimos, tampouco direito subjetivo do fornecedor à emissão de ordens de serviço.**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CONFORME ANEXO II DO
TERMO DE REFERENCIA**

Meta	Submeta	Macro serviço	Serviço	Referência	Base	Descrição	Und	Quant.	Preço Unit	Preço com BDI	Preço total com BDI
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

2. ÓRGÃO GERENCIADOR

- 2.1.** O órgão gerenciador será a Companhia de Desenvolvimento de Santana.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 3.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 3.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 3.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 3.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 3.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 3.3.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a

aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. DOS LIMITES PARA AS ADESÕES:

3.5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.6. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS:

3.6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação em imprensa oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

4.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata e no termo de homologação publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas referentes a este processo.

4.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

4.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado em imprensa oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada em imprensa oficial.

4.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

4.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.1 e no item 6.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.2. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Santana-AP, na data da assinatura eletrônica.

LUIZ JOSÉ DOS SANTOS MONTEIRO

Presidente da CODESAN

Decreto nº 1.212/2025 – GAB.PREF/PMS

XXXXXXXXXX

Representante Legal: XXXXXXXXXXXX

RG:

CPF:

ANEXO V DO EDITAL – MINUTA DO CONTRATO**CONTRATO Nº ____/2026 – CODESAN/PMS**

**CONTRATO Nº XXX/2026 QUE
CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DE SANTANA -
CODESAN E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.**

Pelo presente instrumento, a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTANA-AP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXX, situada na Rua Pedro Salvador Diniz, nº 341, Centro, na Cidade de Santana, Estado do Amapá, representada neste ato pelo Ilmo. Presidente Sr. **XXXXX XXXXXX**, brasileiro, portador (a) do R.G. nº XXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXX XXXXXX, nº XXXXX, Bairro XXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ (MF) Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXX, nº XXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, CEP nº XXXXXXXXXXXX, representada neste ato pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador de CPF nº XXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado à XXXXXXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente Contrato para execução XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, mediante as cláusulas adiante expostas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em engenharia para Registro de Preços, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução de obras de pavimentação em blocos sextavados, compreendendo a implantação de sistema de drenagem profunda, execução de meio-fio e sarjetas, bem como a construção de calçadas em vias urbanas, com execução sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas, no Município de Santana/AP, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, as quantidades estimadas, a disponibilidade orçamentária anual e a priorização definida pela Administração, não gerando para a Administração obrigação de contratação de quantitativos mínimos, tampouco direito subjetivo do fornecedor à emissão de ordens de serviço.

1.2. Especificações:

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CONFORME ANEXO II DO
TERMO DE REFERENCIA**

Meta	Submeta	Macro serviço	Serviço	Referência	Base	Descrição	Und	Quant.	Preço Unit	Preço com BDI	Preço total com BDI
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021, contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será prorrogado, a critério da administração nos termos 105 a 108 da nº 14.133, de 2021.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, limitada ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato. A subcontratação deverá observar as seguintes condições: dependerá de prévia e expressa autorização da Contratante, mediante solicitação formal da Contratada, acompanhada da qualificação técnica e jurídica da empresa subcontratada; não implicará qualquer transferência de responsabilidade, permanecendo a Contratada como única e integralmente responsável pela execução do objeto perante a Contratante, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais; a empresa subcontratada deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista e habilitação compatível com a parcela a ser executada; é vedada a subcontratação total do objeto contratual.

4.2. A subcontratação não poderá resultar em prejuízo à qualidade técnica dos serviços, ao cumprimento dos prazos pactuados ou ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo a Contratante, motivadamente, indeferir o pedido caso verifique risco à adequada execução contratual. A subcontratação somente será permitida de forma parcial, para serviços específicos e acessórios à execução da obra, desde que previamente autorizada pela fiscalização ou gestão do contrato da CODESAN, e mediante comprovação da regularidade fiscal, técnica e trabalhista da subcontratada. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanecerá integral a responsabilidade da CONTRATADA pela execução do objeto, respondendo direta e exclusivamente perante a CODESAN pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

6.1. Após os primeiros 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentados de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d” da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

6.4. A solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro deverá ser formalizada pela parte CONTRATADA, acompanhada de documentação comprobatória que justifique a revisão dos valores contratados.

6.4.1. A resposta a solicitação se dará no máximo em 30 dias úteis.

6.5. O Reequilíbrio Econômico-Financeiro será analisado pela CONTRATANTE e, se aprovado, formalizado mediante termo aditivo ao presente contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

7.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.1.7. Cientificar a Procuradoria Jurídica da CODESAN ou, quando aplicável, a Procuradoria do Município de Santana/AP, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. A Administração terá o prazo de *15 dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de um mês;

7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

8.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

8.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

8.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

8.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

8.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.7. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

8.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 8.11.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.12.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.14.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 8.15.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 8.16.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.17.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.18.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 9.1.** As garantias deverão ser cumpridas conforme estabelecido no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 10.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 10.1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 10.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;
 - 10.1.4.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 10.1.5.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 10.1.6.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 10.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 10.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 10.2.1.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 10.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

10.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

10.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

10.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

10.2.4.6. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

10.2.4.7. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30% do valor do Contrato.

10.2.4.8. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

10.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

10.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com

10.9. relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

11.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

11.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.7.3. Das indenizações e multas.

11.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

12.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

18.1. O Foro deste contrato é o da Comarca de Santana-AP, com exclusão total de qualquer outro que seja invocável.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-